

ANÁLISE CONJUNTA DE PAÍS

BRASIL - 2015



Análise Conjunta De País
Brasil – 2015

*Common Country Assessment
Brazil - 2015*

Organização das Nações Unidas no Brasil

Equipe de País das Nações Unidas no Brasil
United Nations Country Team (UNCT) Brazil

Brasília, 2015

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO	4
SEÇÃO 1 INTRODUÇÃO.....	5
SEÇÃO 2 ANÁLISE ESTRATÉGICA.....	7
2.1 O modelo de desenvolvimento.....	7
2.2 O contexto econômico	8
2.3 O contexto social e a evolução dos ODM 1 a 6.....	12
2.3.1. A evolução do ODM 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome	14
2.3.2. A evolução do ODM 2 - Universalizar a educação primária.....	20
2.3.3. A evolução do ODM 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.....	22
2.3.4. A evolução do ODM 4 - Reduzir a mortalidade na infância a um terço do nível de 1990	26
2.3.5. A evolução do ODM 5 - Melhorar a saúde materna.....	27
2.3.6. A evolução do ODM 6 - Até 2015, interromper a propagação e diminuir a incidência de HIV/aids, universalizar o acesso a seu tratamento, e reduzir a incidência da malária e de outras doenças.....	28
2.3.7. A evolução do ODM 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental.....	30
2.3.8. A evolução do ODM 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.....	33
2.4 O desempenho brasileiro no âmbito da Segurança e Cidadania	36
2.5 Convergência entre 8 ODM, 17 ODS e 28 diretrizes estratégicas do PPA 2016- 2019	38
SEÇÃO 3 PRIORIDADES DE COOPERAÇÃO	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO - Agências, Fundos, Programas e Entidades da ONU no Brasil	53

GLOSSÁRIO

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ANADEP	Associação Nacional dos Defensores Públicos
BCP	Benefício de Prestação Continuada
CCA	<i>Common Country Analysis</i> / Análise Conjunta de País
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
DISOC/IPEA	Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos de Comercio Exterior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PEA	População Economicamente Ativa
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SICLOM	Sistema de Controle Logístico de Medicamentos
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SPI	Secretaria de Planejamento e Investimento
SISCEL	Sistema de Controle de Exames Laboratoriais
SUS	Sistema Único de Saúde
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/Aids
UNDAF	<i>United Nations Development Assistance Framework</i> / Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento



SEÇÃO 1

INTRODUÇÃO

1. O UNDAF 2012-2016 enfatizou a implementação dos Objetivos do Milênio (ODM) como força motriz do desenvolvimento do país. Assim, a presente análise utiliza como subsídios os Relatórios Anuais de Monitoramento elaborados pelo governo brasileiro e é complementada pelas estatísticas oficiais da ONU sobre os temas relacionados à implementação dos ODM.
2. Foram muitos os avanços sociais registrados nos anos que separam esta Análise Conjunta de País, CCA em sua sigla em inglês (*Common Country Assessment*), da anterior, elaborada em 2010. O período pode ser entendido como de continuidade ao que havia ocorrido nos anos prévios. Os indicadores disponíveis mostram que, apesar de uma desaceleração econômica recente, houve preservação das tendências positivas em matéria de emprego e renda, formalização dos trabalhadores, gastos com políticas sociais no orçamento da União, melhoria na distribuição da renda e declínio nas taxas de pobreza.
3. Nesta nota introdutória, cabem três observações. A primeira é sobre o fato de que, tal como nos CCAs e UNDAF anteriores, o exercício de elaboração do Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável¹ 2017-2021 expressa a proximidade entre ONU e governo brasileiro no que se refere a princípios básicos norteadores do desenvolvimento, a programas para a garantia dos direitos humanos e a condução de políticas socioeconômicas com alcance de longo prazo.
4. O Estado brasileiro ratificou os principais tratados internacionais de direitos humanos e tem adotado e implementado recomendações emanadas dos diversos mecanismos e procedimentos de direitos humanos da ONU, incluindo a Revisão Periódica Universal. Tal compromisso é refletido na Constituição Federal brasileira, que incorpora os direitos humanos em seu texto, bem como em programas e políticas públicas adotados com vistas à efetivação dos direitos humanos e o exercício pleno da cidadania. A cooperação da ONU com o Brasil parte da premissa de que desenvolvimento e direitos humanos são elementos indissociáveis, sendo adotado nesta cooperação o enfoque baseado em direitos humanos.
5. No Brasil, a participação social, princípio de direitos humanos garantido pela Constituição Federal brasileira de 1988, tem orientado a construção de planos e

¹ Anteriormente o documento era chamado de Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF).

programas governamentais, a partir da representação da sociedade civil organizada junto aos diversos conselhos, conferências e outros canais de participação e diálogo com o governo, tais como plataformas digitais e redes sociais. Os Programas Plurianuais do Governo Federal e o Programa Nacional de Direitos Humanos, em sua terceira edição, são exemplos do resultado da promoção da participação social.

6. A segunda observação é sobre a redação de uma análise de país em um ano de transição entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), consagrados como marco de referência universal para a ação das Nações Unidas no período 2000-2015, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reafirmados pela nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2016-2030 (a chamada “Agenda 2030”).

7. Por essa razão cabe observar que, muito embora este documento seja parte do processo de discussão realizado nos meses finais de 2015 pelos organismos da ONU sobre suas atuações no país nos anos vindouros e já conectadas com a vigência dos ODS, o mesmo se atém essencialmente aos limites mais estreitos da avaliação do desempenho brasileiro nos ODM no período transcorrido desde a CCA e o UNDAF anterior. Cabe ressaltar, porém, que os 17 ODS foram delineados a partir da experiência acumulada e das lacunas identificadas com o processo de realização dos ODM, tanto no Brasil como no mundo.

8. O país conseguiu atingir quase todas as metas delineadas para os ODM no período 2000-2015. Em tal trajetória, diferentes equipes de técnicos de governo, de acadêmicos e de organizações da sociedade civil, assim como das entidades da ONU atuantes no país, lograram realizar um exercício intelectual de amadurecimento conceitual sobre a atuação governamental no campo social e ambiental. Foi possível ao Brasil, por essa razão, com base na experiência com os ODM, apoiar a ONU na construção de sua nova agenda de desenvolvimento.

9. A evolução desse trabalho conceitual se expressa em inúmeros documentos, e destacadamente nos Planos Plurianuais elaborados pelo Ministério do Planejamento e enviados a cada quatro anos ao Congresso Nacional. O PPA 2016-2019 já antecipou a discussão mundial que se acordaria logo a seguir com a aprovação da Assembleia das Nações Unidas da “Agenda 2030”, com grande protagonismo do governo brasileiro, razão pela qual guarda grandes afinidades entre as 28 diretrizes estratégicas com o que vem expresso nos ODS, em termos filosóficos e de abrangência de objetivos.

10. A terceira e última observação introdutória ao presente documento é a de que a análise tem por foco principal o período 2011-2014, e faz poucas referências ao ano 2015. Tal procedimento é motivado pela inexistência de indicadores para o ano atual, especialmente no que concerne os ODM, e pelos conhecidos riscos analíticos típicos de mergulhos de curto prazo sobre a realidade socioeconômica.

11. O momento de elaboração do presente documento é o de uma conjuntura econômica delicada, de ajuste macroeconômico e recessão, que acompanham e acentuam as dificuldades políticas por que passa o país. O governo e a sociedade civil vêm manifestando preocupações com impactos sociais do desempenho econômico corrente. Isto não é, contudo, analisado nas próximas sessões. O enfoque é o de um olhar de médio prazo sobre o passado recente considerando as transformações estruturais. Evita-se o diagnóstico conjuntural e, portanto, a baixa visibilidade que as análises de conjuntura inevitavelmente contêm, não se arriscando palpites a respeito de incertos impactos que o momento atual pode trazer às mudanças estruturais planejadas pela ONU e pelo governo brasileiro, no que se refere à implementação dos ODS.



SEÇÃO 2

ANÁLISE ESTRATÉGICA

2.1 O modelo de desenvolvimento

12. O governo brasileiro vem adotando o modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, apoiado em elevações contínuas da produtividade. Em um dos trabalhos em que o Ministério do Planejamento realizou acompanhamento do PPA 2012-2015 vem redigida a seguinte síntese da estratégia nacional de desenvolvimento, apontando para “cinco dimensões, interligadas pela primazia da atenção ao desenvolvimento social” (Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015:ano base 2013, vol. 1, pp 22-23)²:

- 1) **Dimensão social**, cuja estratégia é a universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população e melhoria na distribuição de renda;
- 2) **Dimensão econômica**, que se caracteriza por:
 - a) praticar uma macroeconomia e um financiamento para o desenvolvimento, garantindo os objetivos de estabilidade macroeconômica e de crescimento com redistribuição de renda;
 - b) dar curso e velocidade às três frentes de expansão que se encontram atuantes na economia brasileira: i) investimentos em produção e consumo de massa; ii) investimentos em infraestrutura econômica e social; e iii) investimentos em atividades intensivas em recursos naturais; e
 - c) potenciar as três frentes de expansão através do fortalecimento dos encadeamentos produtivos e de avanços substanciais em educação, ciência tecnologia e inovação – construindo uma “sociedade de conhecimento” – até o ponto em que o processo de inovação possa tornar-se uma quarta frente de expansão da economia;
- 3) **Dimensão ambiental**, que tem como centro a sustentabilidade, associando o desenvolvimento produtivo a um meio ambiente equilibrado e saudável, pelo uso adequado dos recursos naturais, tais como os recursos hídricos, as florestas, o solo e os recursos minerais;
- 4) **Dimensão territorial**, que busca essencialmente a redistribuição de oportunidades e renda entre regiões do país, fortalecendo e estimulando as potencialidades de cada território; e
- 5) **Dimensão político-institucional**, cuja estratégia passa pela promoção da inserção internacional soberana e pelo contínuo fortalecimento do Estado

² (Brasil, MPOG, Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015:ano base 2013, vol. 1, pp 22-23, grifos nossos)

e das instituições em um regime democrático que estimule a participação e a inclusão social.

13. Trata-se, conforme o mesmo documento, de uma

estratégia que vem proporcionando, nos últimos anos, materialidade aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme estabelece o artigo 3º da Constituição Federal: construção de uma sociedade livre, justa e solidária; dinamização do desenvolvimento nacional; erradicação da pobreza e da extrema pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais; e promoção de uma sociedade sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

(op. cit. p.21).

14. O PPA 2016-2019 contém uma versão atualizada do modelo de desenvolvimento assumido pela Constituição de 1988 e expresso nos PPAs anteriores. Assenta-se sobre a experiência acumulada e realiza adaptações que visam abrir espaços para novas ênfases exigidas pelos processos históricos em curso. O documento identifica quatro “eixos estratégicos”:

- Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico;
- Inclusão social e redução de desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade;
- Ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura;
- Fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.

15. Os quatro eixos foram desdobrados no PPA 2016-2019, em forma flexível, em 28 “diretrizes estratégicas”. Verifica-se completa sintonia entre a estratégia de desenvolvimento brasileiro e os princípios norteadores da ação da ONU em todo o mundo, tal como expressos nos ODM e nos ODS.

2.2 O contexto econômico

16. A atividade econômica evoluiu nos anos 2011-2014 de forma mais modesta do que na fase expansiva imediatamente anterior. O PIB cresceu, em média, 2,9 % ao ano no triênio 2011-2013, e 0,1% em 2014. Ou seja, houve uma desaceleração relativa ao ritmo do período 2004-2010, em que o crescimento havia sido, em média, de 4,5 % ao ano (IBGE, Sistema de Contas Nacionais e Contas Nacionais Trimestrais 2005-2015).

17. Acompanhando a desaceleração, houve diminuição no ritmo de expansão dos investimentos, com média de 9% em 2004-2010, e de 4% no período 2011-2013, bem como queda da variação na produtividade do trabalho, segundo o critério de horas trabalhadas, de 2,4% ao ano em 2004-2010 para 1,2 % em 2011-2013. (IBGE, Barbosa e Pessoa, 2014).

18. No entanto, conforme assinalado anteriormente, a desaceleração não impediu que os principais indicadores socioeconômicos exibissem uma evolução favorável, confirmando a continuidade do modelo de desenvolvimento com inclusão social. Houve

prosseguimento na desconcentração da renda e na significativa queda nos níveis de pobreza. A observação comparada entre três datas – 2003, 2010 e 2013/14 - permite identificar, pelo lado da criação de renda familiar e de gastos sociais, a continuidade de vários avanços, entre os quais podem-se destacar:

- A taxa de desemprego aberto (regiões metropolitanas), que havia caído de 11,7% da População Economicamente Ativa (PEA) em 2002 para 6,7% em 2010, diminuiu para 4,8% em 2014; e a proporção de trabalhadores formais na população ocupada subiu de cerca de 52% para aproximadamente 59% da população ocupada, entre 2009 e 2013 (IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego 2010-2015, 2015).
- O salário mínimo, que em termos reais havia crescido 62% entre 2003 e 2010, subiu 16% de 2011 a 2014. Como consequência, como proporção do salário mínimo, a cesta básica caiu de 79,4% em 2003 para 52% em 2010 e a 44,9% em 2014 (Dieese, para a cidade de São Paulo, disponível em: www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica201603).
- O número de famílias beneficiárias do Bolsa Família, que havia crescido de 3,6 milhões em 2003 a 12,9 milhões em 2010, atingiu 14 milhões em 2014 (MDS, Relatório de Informações Sociais, 2015).

19. Os gastos com políticas sociais, como a previdência, saúde e educação, constantes nos Orçamento Fiscal e da Seguridade, que haviam aumentado proporcionalmente ao PIB de 12,7% em 2002 a 14,6% em 2010, alcançaram a marca de 16,8% em 2013 (Fonte: gráfico 97 em Gomes e Cruz, 2015). A desaceleração no ritmo de crescimento da atividade econômica no período 2011-2014 teve suas origens majoritariamente ligadas à evolução dos componentes da demanda efetiva, conforme se verifica nos três elementos a seguir.

20. A primeira causa é tocante ao setor externo. Em 2011, o país passou por uma inflexão no comportamento de um dos motores de seu bom desempenho prévio, ou seja, das exportações. Isto ocorreu inicialmente de forma mais suave, com a queda no valor anual exportado em dólares de 5,2% em 2012 e virtual estagnação em 2013, e de forma mais acentuada em 2014, com queda de cerca de 7%. O movimento foi determinado sobretudo por queda nos preços internacionais das commodities (Funcex, Boletim de Comércio exterior mensal, vários números, 2015).

21. A segunda razão importante pelo lado da demanda foi a de que a expansão do consumo sofreu desaceleração, reduzindo-se de uma taxa de expansão média de 5,2% ao ano entre 2004-2010 para 3,3% em 2011-2013 e 0,9% em 2014 (IBGE, Sistema de Contas Nacionais e Contas Nacionais Trimestrais 2005-2015, 2015). Esse comportamento deveu-se ao progressivo esgotamento da capacidade de compra das famílias, devido ao endividamento, ao alto custo do crédito e à diminuição no aumento da massa salarial real. Políticas de incentivo ao consumo, como redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), embora possam ter atuado de forma a compensar parcialmente a tendência desfavorável, não foram capazes de reverter-la.

22. A terceira causa importante foi a desaceleração no ritmo de expansão dos investimentos do setor privado, que vinha se elevando rapidamente desde 2004, atingiu um máximo em 2011, passou por relativa estagnação até 2013 e caiu a partir do final desse ano. As decisões de investir dos empresários são induzidas pelo aumento do faturamento no passado e pelas expectativas de sua expansão no futuro. Desse modo, teriam sido influenciadas, por um lado, pela desaceleração no ritmo de expansão das

vendas e, por outro, pela sinalização, com a crise na Zona do Euro, de que a economia internacional permaneceria desaquecida.

23. Houve, no período, a incidência de um elemento que se associa a um problema pelo lado da oferta e que, ao mesmo tempo, representou uma quarta causa da desaceleração pelo lado da demanda. Trata-se do fato de que a crise de 2008 e a capacidade ociosa mundial conseguiram interromper um ciclo expansivo de investimentos na indústria brasileira. Isto, em conjunto com a apreciação cambial e com a concorrência asiática, resultou em baixa propensão ao investimento na indústria e, portanto, à baixa capacidade de expansão da oferta de bens industriais. O efeito final desse processo foi o de que os aumentos da demanda por esses bens passaram a ser crescentemente atendidos por importações, permitindo um vazamento para o exterior dos impulsos de demanda internos sobre a produção doméstica.

24. A oferta de bens industriais é um dos muitos elementos “estruturais” que podem incidir sobre o desempenho da economia. Numa perspectiva de longo prazo, relacionada à produtividade, competitividade, eficiência da economia e efeitos sobre a propensão a investir, não se pode minimizar a relevância de uma forte infraestrutura instalada em transporte, energia, telecomunicações, água/saneamento, um bom nível educacional, significativas capacidades tecnológicas e de inovação, assim como um bom ambiente de negócios. O mesmo se pode dizer da oferta de crédito a taxas de juros internacionalmente competitivas. O caminho a percorrer em todos esses âmbitos no Brasil é longo.

25. Todavia, tal cenário não é sinônimo de que as deficiências estruturais brasileiras tenham representado “travas” decisivas à expansão dos investimentos privados nos anos de sua desaceleração, ou seja, que tenham operado como “pontos de estrangulamento” para a atividade econômica e o investimento - com única exceção parcial dos efeitos da seca sobre a oferta energética em 2014. De fato, embora sejam muitos os desafios para a modernização e expansão da infraestrutura, exigindo um novo ciclo de investimentos públicos e privados, via concessões e parcerias, as insuficiências de infraestrutura não parecem ter influenciado em forma relevante decisiva na reversão do ciclo de investimento privado na conjuntura específica dos anos recentes.

26. O reconhecimento governamental sobre as deficiências estruturais tem sido permanente, expressando-se em iniciativas de políticas e ações de diferentes naturezas, em termos do investimento público em infraestrutura, do fomento ao investimento privado, do fomento à educação e à capacitação técnica do trabalhador, assim como em termos de ações dirigidas a reduzir entraves burocráticos à atividade econômica.

27. A entrada de um volume considerável de investimento estrangeiro direto - em média, 60 bilhões de dólares anuais, nos anos 2011-2014 - é uma indicação de que o Brasil permaneceu um lugar atrativo para investir. As empresas multinacionais mantiveram nesses anos a identificação do país como um território com excelentes oportunidades para expandir seus negócios em escala mundial, particularmente rico em recursos humanos e naturais, possuindo um mercado interno volumoso, e com uma infraestrutura que, apesar de requerer aperfeiçoamentos, não inabilita o crescimento da economia a curto e médio prazos.

28. As metas de inflação foram cumpridas. O aumento de preços permaneceu nos limites das bandas, entre 2011 e 2014, não ultrapassando o teto de 6,5% anuais.

29. A política macroeconômica foi, de um modo geral, conduzida de maneira a buscar conciliar estabilidade de preços com a preservação do crescimento econômico,

incluindo diferentes esforços anticíclicos, como os subsídios a consumo e a investimento.

30. No primeiro semestre de 2011, os possíveis efeitos da aceleração inflacionária mundial derivada de forte aumento nos preços de commodities em 2010 levaram as autoridades econômicas brasileiras a optar por cautela nos planos fiscal e monetário, com restrição de gasto e aumento na taxa de juros. A elevação das taxas de juros naquele semestre foi seguida de redução, entre meados de 2011 e o segundo semestre de 2012, em condições de queda de preços de commodities e de inflação ligeiramente declinante. No entanto, diante de sinais de aumento da inflação, a partir de fins de 2012 o governo reagiu com elevação nas taxas de juros e no seu diferencial relativamente às taxas internacionais.

31. Duas questões geraram maior preocupação ao longo do período. A primeira foi a evolução desfavorável no balanço de pagamentos em conta corrente. Depois de alguns anos com saldos positivos, até 2007, e de mais alguns em que se passou gradualmente até um déficit superior aos 2% do PIB em 2010, o balanço em conta corrente manteve-se nesse patamar até 2012 e, em seguida, saltou a 3,6% do PIB em 2013 e a 4,2 % em 2014.

32. A causa principal foi a existência de saldos crescentemente negativos no balanço comercial de bens industriais de média e alta densidade tecnológica. A tendência pode ter sido influenciada, entre outros fatores, por um longo período de apreciação na taxa de cambio, com atração de fluxos financeiros promovidos por taxas de juros reais domésticas elevadas, relativamente às taxas internacionais. E ganhou maior relevância em 2014, quando, diante de um cenário potencial de piora das contas externas por conta de acentuação na queda dos preços das commodities, começou a ocorrer pressão no mercado de futuro na direção da desvalorização cambial.

33. Convém assinalar que em 2011-2012 as autoridades monetárias buscaram, por diferentes mecanismos – inclusive redução de taxas de juros – reverter a prática anterior de conter a inflação por meio do binômio “juros elevados/câmbio apreciado”. De fato, nesses anos buscaram administrar o regime do tripé de maneira a suavizar a apreciação cambial e melhorar a competitividade da economia, ao mesmo tempo em que se reduzia o ônus do pagamento de altas taxas de juros sobre da dívida pública. A evolução das contas públicas também se caracterizou como fator preocupante. Até 2013 os esforços anticíclicos não comprometeram os resultados do governo e a relação dívida bruta /PIB manteve razoável estabilidade, com acúmulo de reservas internacionais, enquanto a dívida líquida/PIB passou por declínio.

34. No entanto, em 2014 ocorreu uma deterioração do resultado fiscal derivada, principalmente, pela queda de arrecadação, resultante da estagnação da atividade econômica - impostos e contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ampliação das desonerações fiscais, dispêndios mais elevados devidos à elevação dos juros reais, política de equalização de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e maiores subsídios. Pela primeira vez, em muitos anos, ocorreu um déficit primário e ampliou-se em forma relevante a razão dívida pública/PIB (líquida e bruta). Portanto, em 2014 o quadro macroeconômico complicou-se pela emergência simultânea dos dois mecanismos, ou seja, a pressão por desvalorização cambial e a piora no comportamento das contas públicas. Isto significa que ao longo de 2014 surgiram evidências de que alguma desvalorização cambial mostrava-se inevitável, assim como tornavam-se recomendáveis cuidados fiscais que apontassem para a estabilização gradual na relação dívida/PIB.

35. Uma análise acurada desses dois desafios macroeconômicos, de balanço de pagamentos e fiscal, mostra que nenhum deles continha, em si mesmo, gravidade extrema, e que políticas públicas e mecanismos de mercado podiam efetuar em forma gradual os necessários ajustes. Portanto, não havia motivo para rebaixamento imediato do grau de investimento, e tampouco para efeitos acentuados sobre a atividade econômica. A apreciação do complexo comportamento da economia brasileira em 2015 pertence ao terreno da análise política, mais do que unicamente à seara propriamente econômica.

2.3 O contexto social e a evolução dos ODM 1 a 8

36. O Brasil, com seus 205 milhões de habitantes em 2015, é um país de renda per capita média no cenário mundial. É dotado de extraordinária riqueza natural, recursos humanos talentosos, economia diversificada e forças produtivas capazes de impulsionar com vigor a produtividade nacional, em base a um mercado interno expressivo.

37. O país obteve, na última década, um considerável progresso socioeconômico, com o qual dezenas de milhões de pessoas foram retiradas da pobreza e o coeficiente de Gini caiu de 0,59 em 2002 a 0,52 em 2014. Os resultados são amplamente atribuíveis aos aumentos do emprego e dos salários, especialmente do salário mínimo, e programas de proteção social. O Programa Fome Zero esteve entre os mais bem sucedidos, levando a que se deixasse para trás o mapa da fome da FAO, por meio de programas como o Bolsa Família. Como resultado, e em resposta às muitas demandas de outros países que desejam seguir os mesmos passos, o Brasil se engajou em iniciativas de cooperação Sul-Sul com aproximadamente 47 países no campo das políticas de proteção social, entre 2012 e 2014.

38. No entanto, e em que pesem significativos avanços nas últimas décadas e no período mais recente, o país ainda padece de profunda heterogeneidade em termos produtivos e distributivos, que se espelha na situação de pobreza em que ainda vive uma parte de sua população. Essa marca, característica da maior parte das nações da América Latina, permanece presente no contexto social brasileiro.

39. A leitura dos indicadores da evolução social no período recente sugere que, não obstante a desaceleração econômica descrita na seção anterior, esta CCA pôde registrar a continuidade entre 2011 e 2014 da boa evolução detectada pela análise anterior no campo do desenvolvimento social nos anos 2000. De fato, tal como antecipado nas seções anteriores, os indicadores sociais disponíveis comprovam novos avanços, na direção desejada pela estratégia de desenvolvimento inclusivo. É o que mostra em forma sintética o Quadro I, com uma seleção de indicadores de bem-estar nos planos de trabalho, renda, previdência e gastos sociais.

QUADRO I
INDICADORES DE BEM-ESTAR:
Trabalho e renda, previdência e assistência 2002, 2010 e 2014

			2002	2010	2014
TRABALHO E RENDA	Salário mínimo (2002=100, média real anual)		100	170	188
	Salário médio (PME-IBGE) (2002=100)		100	123	140
	Média da renda domiciliar per capita (2002=100)	50% de domicílios de menor renda	100	155	179 (f)
		50% de domicílios de maior renda	100	124	136 (f)
	Taxa de desemprego metropolitano (PME-IBGE)		11,7	6,7	4,8
	Número de empregos com vínculos formais de trabalho (milhões – RAIS/MTE)		28,7	44,1	49,5
	Número de benefícios mensais de seguro desemprego (trabalhador formal)		4,8	7,4	8,2
PREVIDÊNCIA (e)	Número de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (milhões)		18,9	24,4	27,8
	Valor médio real por beneficiário (2002=100)		100	146	154
	Valor real total dos benefícios (2002=100)		100	163	196
ASSISTÊNCIA (e)	BPC E RMV	Número de beneficiários (milhões)	2,3	3,7	4,3
		Valor médio real por beneficiário (2002=100)	100	162	180
	BOLSA FAMÍLIA	Número de famílias beneficiadas (milhões)	3,6 (a)	12,8	14,0
		Valor médio real dos benefícios (em R\$ de 2013)	-	105,4	145,6 (d)
GASTO COM POLÍTICAS SOCIAIS NO ORÇAMENTO DA UNIÃO (% PIB)			12,6	14,2	16,1
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (COEFICIENTE DE GINI, FAMÍLIAS)			0,59	0,54	0,52
TAXA DE POBREZA (% de pessoas com renda familiar média abaixo da linha de pobreza e de extrema pobreza, critério FAO/OMS (c))		Pobres (d)	34,4	19,9 (b)	13,3
		Extremamente pobres (d)	14,0	6,8 (b)	4,2

Fontes: dados extraídos de Bielschowsky (2015), que usou IBGE, DIEESE, IPEADATA SPI/MPOG, MTE e MPAS; (a) outros programas; (b) média aritmética de 2009 e 2001; (c) 2012; (c) linha de extrema pobreza corresponde ao critério de valor da cesta correspondente ao mínimo de calorias necessárias, e o de pobreza ao de duas vezes esses valor; (d) estimativa; (e) variações relativas à comparação entre dados de dezembro de 2002, 2010 e 2014; (f) Relativo ao ano 2013.

40. Apesar dos muitos motivos para celebrar, os de preocupação são tão ou mais relevantes. A dupla percepção é confirmada ao se observar em detalhes os indicadores dos ODM. A evolução social tem apresentado importantes avanços, cumprindo parte substancial dos objetivos. Mas, ao mesmo tempo, o quadro social continua refletindo

heterogeneidade estrutural, com enormes desigualdades e um longo caminho a percorrer se a aspiração é tornar-se uma nação com pleno desenvolvimento social.

41. As considerações seguintes representam uma edição livre e sintética de dados e análises encontrados do último Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM (IPEA, 2014), adicionando-se novos dados já disponíveis e tabulados para 2014, e, em alguns aspectos, avaliações e interpretações pertinentes.

42. Ao adotar o supramencionado relatório como base para a avaliação do período recente, esta CCA está concordando com o cerne do balanço geral contido no mesmo, ou seja, a identificação da presença de três processos simultâneos no Brasil: sensível avanço em todos os ODM, importante tendência à convergência entre os grupos vulneráveis e as médias nacionais, mas prevalência, apesar dos avanços, de profundas desigualdades e desafios ainda por enfrentar no campo social.

2.3.1 A evolução do ODM 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome

43. O ODM 1 é composto de três metas. No Quadro II apresenta-se uma seleção de indicadores de sua evolução no Brasil.

QUADRO II
Metas e indicadores de resultados selecionados do ODM1 no Brasil
(pobreza extrema e fome)

Metas (no Brasil)	Indicadores	1990	1995	2003	2009	2014
A: Até 2015, reduzir a pobreza extrema a um quarto do nível de 1990*	% de pessoas com renda inferior a R\$ 70 por mês (preços de 07/2011)	13,4	9,2	9,0	4,5	2,7
	"Intensidade" da extrema pobreza ("hiato", em % do valor da linha de pobreza)	5,3	4,1	4,1	2,3	2,2(a)
	Coeficiente de Gini	0,61	0,60	0,58	0,54	0,52
B: Assegurar trabalho produtivo decente para todos, promovendo a inclusão de mulheres e jovens	Taxa de ocupação (inativos/população ocupada)	64,1 (1992)	64,2	61,2	62,8	61,5 (a)
	% de trabalhadores formais na população ocupada	46,0 (1992)	45,2	45,4	53,0	60,0
C: Até 2015 erradicar a fome**	Desnutrição aguda (% de crianças menores de 5 anos com déficit de peso)	7,1 (1989)	4,2 (1989)	1,8 (2006)		n.d.
	Desnutrição crônica (% de crianças com déficit de altura para a idade)	19,6 (1989)	13,4 (1989)	4,7 (2006)		n.d.

Fontes: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Relatório Nacional de Acompanhamento, Brasil, Anexo estatístico, Brasília: IPEA, maio de 2014, Anexo estatístico; e, relativamente ao ano 2014, Osorio, R. (IPEA-DISOC, dez 2015) e Ramos, L. (IPEA-DISOC, dez 2015); (a) dados de PNAD 2013, de acordo

com a última liberação de dados sistematizados pelo IPEA; *Meta global é reduzir a pobreza extrema à metade; ** Meta global é reduzir a fome à metade.

44. A meta de reduzir à metade a pobreza extrema em todo o mundo entre 1990 e 2015, alcançada em 2010, recebeu no Brasil a definição mais ambiciosa de reduzi-la a um quarto, e foi atingida antes de 2014. Cabe notar que a meta foi alcançada tanto pelo critério de linha de pobreza extrema internacional de 1,25 dólares por pessoa (com paridade de poder de compra em cada país), que tem a desvantagem de representar um valor nominal não corrigido, como pelo critério de preços constantes de 70 reais per capita por mês, adotada até 2014 pelo Programa Brasil sem Miséria como referência nacional para a linha de extrema pobreza (elevada para 77 reais em 2014).

45. Como destacado no quadro III, empregando-se outro critério de linha de pobreza, também adotada por organismos das Nações Unidas, baseado no valor da cesta de consumo mínimo de calorias, verifica-se que a redução é semelhante no caso de proporção de pessoas pobres, com queda de 41,9% a 13,3% em 2014, e mais acentuada no caso de pessoas extremamente pobres, que se reduziu de 20% a 4,2% entre as duas datas (considerando-se como “linha de extrema pobreza” o valor estimado de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS, e “linha de pobreza” a que equivale a duas vezes esse valor).

QUADRO III

TAXAS DE POBREZA (% de domicílios com renda familiar média abaixo da linha de pobreza e de extrema pobreza, segundo o critério baseado na FAO e na OMS de consumo mínimo necessário de calorias)

	1990	1995	2002	2009	2014
Taxa de pobreza	41,9	35,1	34,4	21,4	13,3
Taxa de extrema pobreza	20,0	15,2	14,0	7,3	4,2

Fonte: IPEADATA, atualização de 07/01/2016

46. O quadro da pobreza extrema no Brasil também evoluiu favoravelmente quando se mede sua intensidade com o critério de “hiato”, definido como a proporção entre o valor médio por pessoa em reais para elevar todas as pessoas muito pobres ao nível mínimo da linha de pobreza extrema e o valor dessa linha. Os números do Quadro III mostram que essa proporção caiu, em média, de 5,3% por pessoa em 1990 para 2,3 % em 2009 e a 2,2% em 2013.

47. O governo introduziu no período o Plano Brasil sem Miséria, norteado pela estratégia tripla de garantir renda, realizar inclusão produtiva e ampliar a oferta de serviços públicos, e apoiado na ferramenta do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Por meio dele, o poder público busca incluir as famílias mais pobres de forma integrada em iniciativas federais, estaduais e municipais.

48. A evolução favorável foi também motivada pelo aumento no salário mínimo por meio de seus efeitos nas famílias que contam com aposentados rurais, garantidos pela Constituição de 1988. O aumento afetou também a ampliação no valor dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC e RMV), já que o salário mínimo é o valor atribuído a

cada beneficiário. A ampliação de 3,7 a 4,1 milhões de beneficiários, entre 2010 e 2014, foi acompanhada de aumento no valor médio em cerca de 11%.

49. Foram lançadas novas frentes de ação, com prioridade às crianças por meio da *Ação Brasil Carinhoso*, destinada a retirar da extrema pobreza todas as famílias beneficiárias do Bolsa Família com filhos na primeira infância, e à inclusão pelo trabalho com o *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* e aos *Programas Bolsa Verde* e *Fomento às Atividades Produtivas Rurais*.

50. Em linha com o que vinha ocorrendo desde 1990, o anexo estatístico do Relatório do IPEA de 2014 mostra que a queda nas taxas de pobreza extrema desde 2009 deu-se de forma mais acentuada nos grupos de maior vulnerabilidade social do que na média nacional: segundo cor e raça (pretos, pardos, e indígenas), residência na área rural, localização no Nordeste e no Norte, em domicílios cujo responsável tem reduzida escolaridade, e por faixa etária. No entanto, em todos esses casos, apesar da importante melhoria, que aponta no sentido de alguma convergência, as disparidades segundo os cortes de grupos vulneráveis permanecem chocantes.

51. O exame dos números relativos à extrema pobreza na infância e adolescência é revelador da importância de se atuar sobre os grupos mais vulneráveis. Verificaram-se quedas relevantes, mas os níveis aos quais se chegou ainda deixam de ser os ideais. Enquanto a percentagem média nacional de pessoas em extrema pobreza caiu de 9,3 % da população em 1999 a 4,5 % em 2009 e a 3,9% em 2012, no caso de crianças de zero a seis anos ela caiu, nos períodos entre as três datas, de 16,6% a 8,5% e a 6,8%; no caso de adolescentes de 7 a 14 anos caiu de 14,8%, 7,6% e a 6,3%; no de negros caiu de 14,5% a 6,2 % e 5,2% ; em domicílios cujo responsável era analfabeto caiu de 22,1% a 10,8% e a 8,3%; na zona rural caiu de 22,7% a 11,7% e a 9,0%; na região Nordeste caiu de 19,7% a 9,8% e a 7,6%; e na região Norte caiu de 10,9% a 4,6% e a 4,3%.

52. Ainda que os índices de distribuição da renda no Brasil tenham se tornado menos distantes do que os que são registrados nos indicadores dos países de renda bem distribuída quando a medida de distribuição pessoal da renda é feita “antes dos impostos”, as taxas continuam muito distantes dos registrados nesses países quando a medida é feita “depois dos impostos”. Isto porque nesses países o imposto sobre a renda joga um peso redistributivo muito grande, o que não ocorre no Brasil, em que os impostos indiretos incidem de maneira particularmente desfavorável sobre a população menos favorecida.

53. O processo de amadurecimento no sentido do preenchimento de lacunas na abordagem original da problemática da pobreza levou à introdução de uma nova meta ao ODM 1, ou seja, a de assegurar trabalho decente e produtivo para todos, promovendo a inclusão de mulheres e jovens (meta B).

54. Os indicadores relativos ao mercado de trabalho identificam a existência de três tendências, análogas às tendências gerais dos ODM anteriormente assinaladas:

- i) Progressos nas condições gerais de trabalho, quando medidas por média nacionais;
- ii) Alguma convergência entre grupos menos favorecidos e as médias nacionais; e
- iii) A persistência, apesar desses avanços, de desigualdades profundas nas condições de inclusão e de remuneração no mercado de trabalho, segundo grupamentos identificados por cor e raça, grau de escolaridade e localização do domicílio (por região ou por situar-se em área rural).

55. No que se refere à primeira delas, e como se observou anteriormente, os indicadores das condições gerais de criação de emprego e geração de renda do trabalho mostram que, não obstante a desaceleração econômica, houve no período 2011-2013 continuidade relativamente ao bom período 2004-2010, conforme os dados seguintes:

- A taxa de desemprego aberto (regiões metropolitanas), que havia caído de 11,7 % da PEA (População Economicamente Ativa) em 2002 para 6,7% em 2010, desceu a 4,8 % em 2014 (IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego 2002 -2015, 2015).
- O número de ocupados com vínculos formais de trabalho, que havia saltado de 28,7 milhões em 2002 a 44,1 milhões em 2010, ampliou-se a 49,5 milhões em 2014; (MTE, RAIS, 2002, 2010, 2014).
- O salário médio metropolitano subiu 23% de 2002 a 2010 e outros 14% de 2010 a 2014 (IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, 2002, 2010-2015 ,2015). Conforme já assinalado, o salário mínimo, que havia crescido 62% entre 2003 e 2010, subiu outros 16% até 2014 (DIEESE, 2015, disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>).
- A renda média domiciliar per capita da metade menos favorecida das famílias brasileiras subiu 55% de 2002 a 2010, e outros 15% de 2010 até 2013 (IBGE, Censo 2010 e PNAD 2003 e 2014).

56. Devido à desaceleração na economia e nos investimentos, houve nos anos 2011-2013 menor expansão da produtividade do que no período imediatamente anterior. Em termos de horas trabalhadas, a produtividade (por horas trabalhadas), que havia se ampliado a uma taxa média anual no período 2004-2010 de 2,4%, caiu a 1,2% anuais em 2011-2013 (Barbosa Filho e Pessoa, 2014).

57. A ampliação da ocupação no período mais recente parece ter-se dado principalmente com trabalhadores de baixo grau de qualificação. Assim, os números podem representar um reflexo estatístico de aumentos de remuneração, mais do que de intensidade de capital, qualificação por trabalhador ocupado e economias de escala na produção.

58. A evolução nos indicadores de grau de formalização e de taxa de ocupação melhoraram em geral, com convergência entre grupos mais vulneráveis e a média da sociedade, apesar dos indicadores ainda muito desfavoráveis no que se refere a esses grupos. A formalização dos trabalhadores brasileiros é um dos indicadores mais promissores da evolução social no Brasil. Como se observa no Quadro III, a proporção de trabalhadores formais na população ocupada saltou de cerca de 45% em 2003 às proximidades dos 60% em 2014.

59. A proporção da população ocupada formal que vive com renda inferior à linha de extrema pobreza tem sido praticamente nula ao longo das últimas décadas. No entanto, a de trabalhadores informais, ainda que tenha caído, em termos de média brasileira, de 5,2% em 1999 a 2,1% em 2009 e a 1,4% em 2002, mantém-se relativamente elevada em alguns grupos populacionais. As preocupações que vinculam inserção no mercado de trabalho a pobreza e miséria dizem respeito principalmente aos outros 40%, nos quais se incluem os grupos mais vulneráveis da população (IBGE, PNAD 2014).

60. No enfrentamento deste problema o governo atuou, no meio urbano, com cursos de formação profissional por meio do *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego* (Pronatec). Promoveu-se o acesso, de forma gratuita, a trabalhadores

inscritos no *Cadastro Único do Brasil sem Miséria*, numa variada gama de áreas técnicas. Na área rural, a estímulo à inclusão pelo trabalho e à redução da pobreza extrema se deu principalmente pela expansão do *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA), que oferece um conjunto de apoios aos trabalhadores rurais - agricultores familiares, assentados de reforma agrária, quilombolas e pescadores artesanais- para a produção e a comercialização de alimentos.

61. Tais programas correspondem a um correto e amplo reconhecimento por parte das autoridades de governo a respeito da exclusão ou da inserção precária no mercado de trabalho, de parte importante dos cidadãos brasileiros. Os casos de maior exclusão são os das categorias ocupados rurais e/ou analfabetos e dos ocupados da região Nordeste. Suas taxas de pobreza caíram fortemente, entre 2002 e 2010, com continuidade a 2013, convergindo para as taxas médias nacionais, ainda que continuem distante delas.

62. Em 2003, 2010 e 2014, respectivamente, o grupo rural reduziu a taxa de pobreza extrema nas três datas de 17,0% a 8,4% e a 6,9 %; no recorte de analfabetos, de 19,5 % a 9,1% e a 7,1%; e na região Nordeste, de 15,0% a 6,2% e a 4,2%. Esses números refletem ângulos distintos de caracterização de um mesmo conjunto de trabalhadores, ou seja, os que atuam em ocupações extremamente precárias de subsistência (IBGE, Censo 2010 e PNAD 2004 e 2015).

63. A publicação “Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da Federação” (OIT, 2012) traz importantes informações acerca dos trabalhadores autônomos, que são em sua grande maioria ocupados “informais”. De fato, entre a população ocupada por conta própria apenas 17,2% contribuía para a previdência social em 2009. Tal proporção era menor entre as mulheres (15,1%) em relação os homens (18,1%) e principalmente entre os negros (9,3%) em comparação com os brancos (25,4%). O percentual de contribuintes entre os trabalhadores autônomos de cor ou raça branca do sexo masculino (27,4%) era mais do que três vezes superior em comparação com as trabalhadoras negras da mesma categoria de ocupação (8,5%) (OIT, 2012, p. 85).

64. As informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indicam que a inserção das pessoas de 16 e 17 anos de idade no mercado laboral era marcada pela precariedade e até mesmo por situações de trabalho não permitidas para pessoas abaixo dos 18 anos. Pouco mais da metade (50,7%) dos 2,19 milhões de ocupados nessa faixa etária no ano de 2009 trabalhava na condição de empregado sem carteira de trabalho assinada, 18,8% como não remunerado, 5,0% na condição de trabalhador na produção para o próprio consumo e 7,5% por conta própria (OIT, 2012, p. 167).

65. Os números relativos a níveis absolutos de remuneração e a disparidades no que se refere à cor raça permanecem particularmente alarmantes. Os rendimentos médios de famílias chefiadas por brancos, que era de mais de duas vezes os das famílias chefiadas por negros no início dos anos 2000 permanecia por volta de duas vezes superior em 2010. A mesma tendência se verificou no que se refere às diferenças entre rendimentos médios de mulheres e homens brancos relativamente a mulheres e homens negros (“Dossiê das Mulheres Negras”, IPEA, 2011). Não menos relevante, 60,6% das pessoas desempregadas, em 2013, eram negras.

66. A taxa de ocupação vem se mantendo relativamente estável desde meados dos anos 1990, na faixa de 61% a 63% da população em idade economicamente ativa. A estabilidade resulta de dois movimentos opostos. Por um lado, houve queda na

participação de jovens até 19 anos e de idosos no mercado de trabalho, devido a saudável crescimento da escolarização de jovens e às políticas de proteção social aos idosos; e, por outro, uma tendência à elevação no mercado de trabalho nas demais faixas etárias, devido ao aumento da participação feminina (IPEA, 2014, p.182).

67. As médias escondem, porém, várias disparidades, como o fato de as taxas de ocupação serem tão menores quanto menor for o grau de escolaridade das pessoas, ou o nível de renda dos domicílios em que residem. A desigualdade toma contornos ainda maiores quando os dados são desagregados por sexo. Ainda que tendo passado por aumento, a taxa de ocupação feminina em 2013 foi de 50,3%, enquanto a masculina foi de 74,1% (Idem, ibidem)

68. A questão das desigualdades na ocupação segundo gênero é tratada mais adiante, ao se abordar o ODM 3. Por ora, cabe assinalar o fato de que, em geral, o conceito de ocupação é baseado em uma definição de atividade econômica que não abarca um conjunto de atividades mais comumente realizadas pelas mulheres, muitas das quais contribuem para o rendimento e o bem estar pessoal ou familiar. Sendo assim, várias trabalhadoras são enquadradas na condição de economicamente “inativas”. Em virtude dessa invisibilidade do trabalho feminino, um significativo aporte laboral e produtivo das mulheres é subestimado e não se reflete na taxa de participação.

69. Com base nas informações da PNAD é possível constatar a real dimensão deste processo de subestimação do efetivo trabalho feminino. No Brasil, em 2009, do contingente total de 23,1 milhões de mulheres definidas como inativas, entre 16 e 64 anos de idade, cerca de 92% (21,2 milhões) realizavam afazeres domésticos. Já entre os homens inativos, tal proporção era de apenas 48,6%. Esta invisibilidade do trabalho feminino fica ainda mais evidente ao se constatar que as mulheres brasileiras “inativas” economicamente dedicavam, em média, 33,3 horas semanais de trabalho com os afazeres domésticos (OIT, 2012, p. 62).

70. A meta C do ODM 1 é relativa à fome e à desnutrição. A elevação dos rendimentos do trabalho e a implementação dos programas governamentais acima mencionados tiveram, por certo, efeitos positivos importantes sobre essa meta. No plano global a meta consistiu em reduzir a fome até 2015 à metade do nível de 1990, mas no caso brasileiro ela foi fixada pelo objetivo de erradicar a fome. Segundo a definição internacional, que considera estatisticamente erradicada a desnutrição em países em que menos de 2,3% das crianças menores de 5 anos têm peso abaixo do esperado para a idade, o Brasil havia atingido em 2006 (último ano par ao qual há disponibilidade de dados) tanto a meta global como a meta brasileira, já que entre 1989 e esse ano a taxa de desnutrição infantil havia caído de 7,1% para 1,8%. Em outra medida importante, ou seja, a de desnutrição crônica, que mede o déficit de altura para a idade, a evolução foi também favorável entre as duas datas, caindo de 19,6% das crianças em 1989 a 6,7% delas em 2006. (PNDS, 2006).

71. No entanto, tal como no caso da renda, e da inclusão pelo trabalho, a medida é bem mais reconfortante quando se usa a média nacional do que quando esta é desagregada com a revelação do que ocorre com os grupos de maior vulnerabilidade e regiões de menor desenvolvimento econômico. Por exemplo, encontravam-se ainda bem aquém da erradicação em 2006 a população do Norte, onde a desnutrição infantil ainda atingia 3,6% e a desnutrição crônica ainda atingia 14,6% das crianças. Entre os 20% mais pobres da população, ainda que a queda na desnutrição infantil tenha sido considerável, ou seja, de 9,2 % em 1996 a 3,7% em 2006 no caso de desnutrição infantil

e de 30,1 % a 9,9% no de desnutrição crônica, o nível alcançado naquele ano seguia sendo superior àquele em que se considera como o de erradicação (PNDS, 2006).

72. Ao mesmo tempo, no quadro de transição nutricional observado no Brasil, é possível constatar o aumento da prevalência de excesso de peso (sobrepeso e obesidade). Este fator atinge níveis bastante altos entre quase todos os grupos etários da população, favorecendo o surgimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Por exemplo, na faixa etária de 5-9 anos, o percentual de crianças com sobrepeso atinge 33,5%. Na adolescência, essa taxa é de 20,5%. A prevenção da obesidade é mais barata e mais eficiente do que o seu tratamento e a abordagem para prevenir as doenças crônicas não transmissíveis deve ser combinada com mudanças na dieta e no estilo de vida.

2.3.2 A evolução do ODM 2 - Universalizar a educação primária

73. O ODM 2 tem por meta central garantir que até 2015 meninos e meninas tenham a oportunidade de terminar o ensino primário, correspondentes aos seis primeiros anos do ensino fundamental brasileiro - que é de nove anos e é seguido, no país, por três anos de ensino médio.

74. Ao passo que em escala global, entre 1990 e 2011, o aumento de crianças que frequentavam o ensino primário elevou-se de 80% a 90%, no Brasil os resultados foram superiores. O acesso à educação brasileira passou de 82,6% das crianças em 1992 a quase 98% delas em 2013. Foi um avanço bastante generalizado e com convergências muito importantes entre os grupos vulneráveis e a média nacional, por qualquer um dos cortes relevantes, ou seja, raça/cor, níveis de renda, grau de escolaridade dos chefes de família e localização dos domicílios (rural/urbano e por regiões do país) (IBGE, PNAD,1993-2014).

75. A taxa de alfabetização da população entre jovens de 15 a 24 anos subiu de 91,3% em 1992 a quase 99% em 2013, e também ocorreu forte homogeneização entre grupos. A convergência foi ainda maior nos casos em que ainda hoje as desigualdades sociais são mais marcantes. Entre 1990 e 2013 a proporção de jovens, nessa faixa de idade, de lares em que o chefe de família era analfabeto caiu de 27,2% a 5,3 %, e daqueles que viviam em lares rurais caiu de 21,7% a 5,3% (IBGE, PNAD,1993-2014).

76. A proporção de jovens na faixa etária que não conseguiu concluir ao menos seis anos de estudos caiu no mesmo período de 41% a 16%. O detalhamento por grupos mostra que, apesar do avanço, sob essa ótica permanece um quadro de profundas desigualdades: em 2013 a proporção entre filhos de pais analfabetos foi de 33%, entre os 20% mais pobres foi de 29%, e o de crianças negras foi de 81% (contrastando com 90% de brancas) (IBGE, PNAD,1993-2014).

77. Um quadro análogo se encontra nos indicadores de término do ensino fundamental completo entre jovens de 15 anos de idade. No período de 1990 à 2013 a proporção de jovens que não conseguiu concluir os nove anos do ensino caiu de cerca de 66% a cerca de 22%. Nos casos de filhos de analfabetos, porém, a proporção ainda era em 2013 de 45%, entre os 20% mais pobres era de 41%, e o de jovens negros era de 27% (contrastando com 85% no caso de jovens brancos e amarelos) (IBGE,

PNAD,1993-2014). É de extrema importância ampliar os esforços no sentido de enfrentar o desafio de universalizar o ensino médio para toda a população de 15 a 17 anos e, no espaço de um pequeno número de anos, elevar a taxa líquida de matrícula do ensino médio para 85%, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação (PNE).

78. Passemos ao indicador sobre adequação idade/série, que mede a proporção de crianças cuja idade é, no máximo, um ano superior à considerada adequada para a série que está cursando. O salto entre 1990 e 2013 foi de metade das crianças a quatro quintos, e também houve tendência à convergência entre os grupos. Contudo, quase dois quintos dos filhos de analfabetos ainda se encontravam em 2013 com idades acima da normal para a série, e cerca de 70% das crianças de lares dos 20% populacional mais pobre padeciam desse problema (IBGE, PNAD, 1993-2014).

79. As tendências favoráveis foram contínuas ao longo dos últimos vinte e cinco anos. Por certo, receberam um impulso extra com a elevação do dispêndio público direto com educação, entre 2000 e 2012, de 3,9% a 5,5% do PIB, e com o fato de que valor por estudante gasto na educação superior caiu de 11,3 a 3,7 vezes aquele o gasto por estudante na educação básica.

80. O rol de políticas na mesma direção desde a primeira metade dos anos 2000 incluía implantação do Programa Bolsa Família, devido à exigência de frequência à escola como condição de obtenção do benefício, e o fato de que o Programa Mais Educação, instituído em 2007 para apoiar o ensino em horário integral, dá preferência a alunos beneficiários do Bolsa Família.

81. Um objetivo que não alcançou ser plenamente cumprido no Brasil foi a expansão da educação infantil e os cuidados na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis. Esta expansão também é uma das metas do PNE – meta 1 que estabelece o prazo até 2016 para universalizar a pré-escola (4 e 5 anos de idade), bem como ampliar de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças até 3 anos até o final da vigência do plano.

82. Apesar disso, há que se louvar os avanços conquistados com o Programa Proinfância, que se destina à expansão do apoio à educação infantil. O Programa tem por objetivo acentuar a tendência observada desde os anos 1990, que levou a um primeiro salto entre 1995 e 2003 de cerca de 30% a cerca de 40% de crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, e a quase 53% em 2013.

83. Os avanços foram muito semelhantes em termos de acesso por sexo ou raça, mas persistiram desigualdades quando são consideradas regiões ou renda familiar. Este é, de todo modo, um campo em que o que mais sobressai é a insuficiência do atendimento nacional, já que, além dos benefícios que o atendimento e a educação a crianças de até 6 anos trazem para a sociedade, trata-se de um serviço público indispensável à família trabalhadora, e especialmente às mulheres.

84. Outro ponto a destacar é o fato de que, não obstante as tendências favoráveis em termos quantitativos, existem genuínos questionamentos no país sobre qualidade do ensino. No entanto, e apesar das reconhecidas dificuldades e da enorme distância que separa a qualidade educacional brasileira da que se encontra em países desenvolvidos, também aqui alguns dos indicadores surpreendem positivamente.

85. O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), é baseado em avaliações que são aplicadas em alunos de escolas públicas em língua portuguesa e em matemática. No caso dos primeiros anos do ensino fundamental, a

média nacional elevou-se de 3,8 em 2005, a 4,6 em 2009 e a 5,2 em 2013. Nesse caso, chegou-se a mais da metade do objetivo traçado, que é o de atingir-se média 6,0 em 2021 em todo o ensino fundamental - média que se verifica nos países da OCDE. O avanço no caso dos anos finais do ensino fundamental foi, porém, bem mais lento, passando de 3,5 a 4,0 e a 4,2, entre 2005 e 2009, e 2013, respectivamente, mantendo-se grande distância da meta estipulada para 2021, que é 5,5.

86. Uma educação de qualidade promove a formação de cidadãos livres, autônomos, que respeitam os direitos humanos e promovem um planeta sustentável. Parece haver consenso no Brasil de que a melhoria da qualidade da educação básica é o maior desafio na área social. Entende-se que a valorização dos professores, a melhoria dos seus salários e carreira, e a melhoria na formação inicial e continuada são elementos chave para o alcance dessa qualidade. Requer-se também, para o alcance da mesma, ênfase especial nas questões curriculares, bem como na infraestrutura das escolas em todo país.

87. O ensino médio dá margem, como o fundamental, à identificação de avanços e insuficiências. A taxa escolarização entre jovens de 15 a 17 anos passou entre 1990 e 2012 de cerca de 17% para aproximadamente 58%, mas o patamar alcançado ainda é baixo. Houve melhoria em todas os grupos, e convergência de grupos vulneráveis na direção da média nacional, mas as desigualdades permanecem marcantes. O desempenho medido pelo IDEB também foi relativamente modesto, passando de 3,4 em 2005 a 3,6 em 2009 e a 3,7 em 2013, longe, ainda, da meta definida para 2021, de 5,2 (IPEA, 2014, p. 44).

88. No plano de educação superior as considerações são análogas às anteriores. Por um lado, houve significativa ampliação do número de vagas, tanto nas universidades públicas, como pela via de acesso subsidiado às universidades privadas a jovens de baixa renda, com o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Por exemplo, entre 2004 e 2013 esse programa permitiu o acesso à universidade de mais de 1,2 milhão de estudantes. Também houve progressos em termos de redução da desigualdade no acesso às universidades públicas pela via do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e do critério que garante, desde 2012, que metade das matrículas sejam destinadas a alunos do ensino médio público, em que de um modo geral se encontram os alunos de menor nível de renda, e estabelece cotas raciais. Por outro, as desigualdades em termos de acesso entre jovens de famílias ricas e pobres ainda são elevadas, indicando que o percurso a percorrer para atingir um acesso universal, gratuito e de qualidade ainda é longo.

2.3.3 A evolução do ODM 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

89. A promoção da igualdade de gênero tem entre seus esforços de maior magnitude a meta de alcançar a paridade entre os sexos no acesso a diversos níveis de ensino.

90. Mundialmente ela esteve muito próxima de ser alcançada, ainda que com a ressalva de que esconde uma dualidade de comportamentos entre países. Em muitos deles há insuficiente participação feminina, e em muitos outros, como nos da América Latina em geral, e também no Brasil, os homens participam em menor proporção do que as mulheres.

91. Se nesse indicador de desigualdade de gênero o quadro não é adverso às mulheres, o mesmo não se pode dizer de uma série de outros. Apesar de progressos, dimensões como a de participação feminina no mercado de trabalho e representação política mantêm muitas adversidades, o mesmo podendo dizer-se em matéria de violência doméstica.

92. O quadro IV mostra um indicador de “paridade”, no Brasil, entre os sexos, no acesso aos diversos níveis de ensino. Entende-se por “paridade” a situação em que a razão entre as taxas de escolarização líquida de mulheres e as dos homens se encontra na faixa de 0,97 a 1,03 (abaixo de 0,97 significando insuficiência de mulheres, e acima de 1,03 insuficiência de homens).

QUADRO IV
Paridade entre os sexos no acesso a diversos níveis de ensino

Cor/Raça	Nível de Ensino	Paridade	
		1990	2013
Total	Ensino Fundamental	1,03	1,00
	Ensino Médio	1,36	1,21
	Ensino Superior	1,26	1,38
Branca	Ensino Fundamental	1,01	1,00
	Ensino Médio	1,26	1,14
	Ensino Superior	1,16	1,32
Negra (preta e parda)	Ensino Fundamental	1,06	1,00
	Ensino Médio	1,57	1,26
	Ensino Superior	1,47	1,44

Fonte: PNAD, Censo 1990 e PNAD 2014.

93. No ensino fundamental a tendência geral entre 1990 e 2013 foi a de ampliar o equilíbrio entre homens e mulheres que já havia no início da década de 1990, e de terminar a desigualdade de acesso a homens e mulheres negras entre as duas datas.

94. No ensino médio a evolução foi de reduzir a sub-representação de homens relativamente às mulheres, tanto entre brancos como entre negros – possivelmente um resultado que advém de maior fluxo de alunos do ensino fundamental e de aumento de vagas no ensino médio. No entanto, o indicador mostra que em 2013 ainda havia forte disparidade (à razão de 1,21, ou seja, cinco homens para aproximadamente cada seis mulheres), apontando na direção de que a expansão da escolaridade entre jovens de 15 a 17 anos do sexo masculino ainda venha sendo muito insuficiente.

95. No ensino superior a desigualdade, que já era elevada em 1990, aumentou consideravelmente até 2013. A tendência pode se explicar por melhor desempenho das mulheres na educação básica. Mas pode, igualmente, ser explicada por pior acesso ao mercado de trabalho, exigindo um esforço de escolaridade mais do que proporcional ao dos homens, para obtenção de postos de trabalho semelhantes.

96. De fato, a maior escolaridade não parece ter significado avanços proporcionais no que se refere a acesso no mercado de trabalho. Uma hipótese é a de que a composição dos cursos de ensino superior no caso feminino reflète, quando comparado ao do masculino, reflita escolhas profissionais subordinadas a convenções sociais que

segmentam o conhecimento e tendem a segregar as mulheres no sentido de orientá-las a estudos voltados a ocupações de pior qualidade e remuneração.

97. Uma das formas de medir a discriminação de gênero pelo mercado de trabalho é a proporção de mulheres em ocupações não-agrícolas.

98. Há que reconhecer, por um lado, progressos, entre 1990 e 2013, em dois indicadores relevantes. Primeiro, a proporção de mulheres nessas ocupações elevou-se de 42,7% em 1992 a 47,5% em 2013, alcançando nível superior à média mundial, que é de 40%. A distância com relação à plena igualdade, que seria algo no entorno aos 50%, manteve-se maior em alguns grupos, como o de lares de chefes de família analfabetos, e os de renda pertencentes aos 20% mais pobres (IBGE, PNAD, 1993-2014). Segundo, o recente aumento na formalização do trabalhador ocupado – por carteira assinada e contribuição à Previdência – se deu com convergência entre mulheres e homens. Enquanto os homens tiveram sua taxa de formalização aumentada em cerca de 10 pontos percentuais, entre 1992 e 2013 (de 49,5% a 59,3%) no caso das mulheres a formalização subiu em quase 18% entre as duas datas (de 40,7 a 58,4%) (IBGE, PNAD, 1993-2014).

99. No entanto, por outro lado, os indicadores de inserção no mercado de trabalho só permitem maior otimismo quando se considera que as estatísticas referem-se a ocupados, desconsiderando, portanto, inativos e empregados. É aqui que reside a principal desigualdade, porque, tal como prevalecia em 1992, em 2013 a taxa de ocupação feminina ainda era de apenas cerca da metade das mulheres em idade de trabalho (contrastando com a taxa masculina, que em 1992 e 2013 era, respectivamente, de 81% e 73,3%) (IBGE, PNAD, 1993-2014).

100. Idêntica conclusão se chega ao verificar a evolução da proporção de mulheres ocupadas como empregadas domésticas. Apesar de algum progresso nos anos recentes, entre 1992 e 2013 ela se mantém nas proximidades dos 15%. O quadro é ainda mais difícil quando se considera a situação por raça: a proporção de mulheres brancas ativas que eram empregadas domésticas em 2013 foi de 10,6%, contra 18,6% no caso de mulheres negras (IBGE, PNAD, 1993-2014).

101. Houve importante aumento da proteção social nessa categoria de trabalhadoras, de menos de 20% em 1992 a cerca de 40% em 2013 (IBGE, PNAD, 1993-2014), mas ainda trata-se, obviamente, de um número insatisfatório. Nesse contexto, um importante avanço foi trazido pela Emenda Constitucional nº 072/2013, recém regulamentada pela Lei Complementar nº 150, de 1/06/2015, que estendeu aos que trabalham em residências particulares todos os direitos da CLT, contribuindo para a redução da desproteção a que tem sido submetida a categoria.

102. Cabe assinalar que, ainda que a conquista da regularização do trabalho doméstico seja diretamente relacionado ao mundo do trabalho, para as mulheres negras trata-se de um importante instrumento de promoção da igualdade intrasexos e entre os sexos, dado que no universo do trabalho doméstico a maioria é mulher. Observa-se também que, entre as empregadas domésticas que até recentemente não tinham carteira assinada e direitos trabalhistas reconhecidos e exercidos, a maioria era formada por mulheres negras.

103. Apesar de importantes avanços, é possível concluir que a maior escolarização feminina ainda não foi capaz de alterar suficientemente o quadro de precariedade na inserção social da mulher no mercado de trabalho. Isto pode ser atribuído, em boa parte, à responsabilização pelos cuidados à família e à casa, e aos demais traços de

discriminação por gênero, enraizados ao longo da formação histórica do país. Uma evidência nesse sentido é dada pelo fato de que os rendimentos das mulheres permanece sistematicamente inferior aos dos homens, identificando-se tão somente tímidos sinais de convergência, já que a proporção subiu de 70% em 2000 a menos de 74% em 2013, na razão entre rendimentos de ocupados com carteira assinada dos dois sexos. É possível que a convergência tenha sido liderada por maior proximidade entre remunerações entre mulheres e homens jovens, já que na faixa etária de 16 a 29 anos entre 2006 e 2013 a razão na remuneração entre os dois sexos cresceu de 82,6% a 85,7%.

104. Outra evidência é dada pela taxa de ocupação de mulheres com uma ou mais crianças até seis anos que não estavam em escolas ou creches, que diminuiu de 47,3% em 1995 a 43,3% em 2013 (IBGE, PNAD, 1996, 2014). Há que se assinalar, contudo, que o indicador deve ser tomado com cautela, já que a proporção de mulheres com filhos entre 0 e 6 anos caiu, ao mesmo tempo em que subiu, como se viu anteriormente, a proporção de crianças que frequentam creches.

105. Cabe ainda destacar que, apesar do fato de que o Brasil tem, pela primeira vez, uma mulher na presidência da República, e de alguns avanços no Código eleitoral no que se refere à participação feminina, a proporção de mulheres vitoriosas em cargos eletivos permaneceu ínfima no últimos dez anos, no entrono dos 10% a 15%, em contraste com o fato de que as mulheres são 52% dos eleitorado. O quadro não é muito melhor quando se verifica a presença de mulheres em altos cargos de confiança nos poderes Executivo e Judiciário (cerca de 20% dos “DAS 6” no governo federal, e de outros tantos ocupando postos de ministros de tribunais superiores).

106. Quanto à questão da violência contra as mulheres, destaca-se que, desde a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, tem havido importantes progressos na busca de seu enfrentamento. Com estímulos variados à prática de relatos por parte das vítimas ou de pessoas solidárias às mesmas, alcançou-se um total de cerca de 4,5 milhões de atendimentos nas centrais de recepção, e um aumento de encaminhamentos a órgãos de investigação. Utilizando o sistema de informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde, uma pesquisa realizada no âmbito do Ipea, ressalta que a introdução Lei Maria da Penha pode ter reduzido feminicídios em 10%. No presente ano de 2015, há que celebrar-se a inovação nessa matéria promovida pela sanção da Lei 13.104, de março de 2015, que incorporou o feminicídio como forma qualificada de homicídio no código penal brasileiro, de forma a visibilizar mortes violentas de mulheres por razões de gênero.

107. A taxa de homicídios no Brasil é de 4,8 por 100 mil mulheres – uma triste 5ª posição num ranking mundial composto por 83 países. O quadro tem sido particularmente grave no caso de mulheres negras. Entre 2003 e 2013 as taxas de homicídio de mulheres brancas caíram 11,9%, ou seja, de 3,6 por 100 mil mulheres, em 2003, para 3,2 em 2013, ao passo que as das mulheres negras cresceram 19,5%, passando, nesse mesmo período, de 4,5 para 5,4 por 100 mil. Em 2013, nada menos que 66,7% dos homicídios de mulheres tiveram como vítimas mulheres negras.

2.3.4 A evolução do ODM 4 - Reduzir a mortalidade na infância a um terço do nível de 1990

108. Houve, em todo o mundo, progressos importantes de 1990 a 2012 no ODM 4, mas alcançou-se redução da “taxa de mortalidade na infância” (crianças até 5 anos) a pouco mais da metade das crianças (47%), e não a 25%, como planejado.

109. No Brasil, a mortalidade nessa faixa de idade já havia caído em 2011 a aproximadamente 33% da que prevalecia em 1990, cumprindo-se, portanto, a meta (queda de 53,5 mil óbitos por nascidos vivos a 17,7 mil) (IPEA, 2014, p.69, base Datasus/SIM, 2012). Como mais 85% da mortalidade de crianças no Brasil se dá até um ano de idade, esse desempenho foi resultante de redução semelhante na “taxa de mortalidade infantil”, cuja trajetória de queda reduziu os óbitos de 47,1% em 1990 a 15,3%, realizando-se, também nesse indicador, a meta prevista (IPEA, 2014, p.68, base Datasus/SIM, 2012).

110. Em ambos os casos houve também queda na desigualdade entre as regiões mais ricas e as de menor renda do país, verificando-se redução mais acentuada nas últimas. No Nordeste, por exemplo, a mortalidade infantil caiu de 75,8 a 18 óbitos por mil crianças nascidas, enquanto na região Sul a queda foi de 28,3 a 11,3, entre as duas datas.

111. A queda na pobreza, as melhorias nas condições sanitárias, a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Bolsa Família estão entre as causas explicativas do bom resultado. Ao lado delas, devem ser mencionadas outras duas de grande importância.

112. Primeiro, houve ampliação da cobertura de atenção básica de saúde por meio do Programa Saúde da Família, que movimentou em todo o país mais de 34 mil equipes. Comprovadamente, o Programa teve impactos tanto maiores em termos de redução da mortalidade em crianças quanto mais pobres as regiões beneficiárias. Segundo, e não menos importante, houve uma bem-sucedida política de incentivo ao aleitamento materno, presente no Brasil desde os anos 1980.

113. Em que pesem esses avanços, a incidência de mortalidade infantil e materna entre a população indígena permanece consideravelmente elevada, o que demonstra caso de desigualdade social extrema. Está estimada em 31,2 por 1.000 nascidos vivos, duas vezes maior que a média nacional, associada principalmente a óbitos por diarreia e infecções respiratórias. Nas crianças indígenas que residem na Região Norte, o percentual de desnutrição crônica chega aos 41%, enquanto a prevalência no país é, em média, de 6%. Isto sugere que os esforços por parte da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde merecem permanentes aperfeiçoamentos.

114. Por último, cabe um dos indicadores de cuidados essenciais para redução de mortalidade infantil, ou seja, a prevenção contra o sarampo e outras doenças. Felizmente, o Programa Nacional de Imunização tem sido há várias décadas vitorioso no controle não só do sarampo como das demais doenças imunopreveníveis. O calendário vacinal de natureza universal cobre 14 vacinas (para todas as faixas etárias), mas são disponibilizados 44 tipos diferentes de produtos, entre soros, vacinas e imunoglobinas - quase integralmente produzidas no Brasil.

| 2.3.5 A evolução do ODM 5 - Melhorar a saúde materna

115. As duas metas do ODM 5 são reduzir a mortalidade materna a um quarto do nível observado em 1990 (Meta A) e universalizar o acesso à saúde sexual e reprodutiva (Meta B).

116. Em termos mundiais, nenhuma delas foi alcançada. Até alguns anos atrás, segundo o Relatório da ONU de 2013 sobre os ODM, a queda na mortalidade materna foi de cerca de 45% (de 440 a 249 óbitos por 100 mil nascidos vivos) e o atendimento por profissionais da saúde ainda alcançava apenas dois terços dos partos, ao mesmo tempo em que somente metade das gestantes haviam passado por pelo menos quatro consultas durante a gravidez.

117. O caso brasileiro já era menos desfavorável em termos absolutos do que o da média mundial em 1990 e continua a sê-lo atualmente, tanto no caso de mortalidade como no de assistência. Mas o desempenho na Meta A ainda destoa muito do objetivo, pois a queda na mortalidade até 2011 só foi de 55%, ou seja, de 141 a 64 óbitos por mil nascidos vivos, bem acima dos 35 estipulados (IPEA, 2014, p.79, em base a Datasus/SIM, 2012). A queda na mortalidade materna se deu principalmente no âmbito de causas obstétricas diretas, cuja incidência caiu de 126 a 46 mortes por cada 100 mil nascidos vivos.

118. É possível que a queda nos índices de mortalidade não tenha sido ainda mais substancial em função do excessivo número de partos cesáreos, que subiu de 41% em 1996 para quase 54% em 2011, muito acima da recomendação da OPAS, que recomenda que o percentual das cesarianas se situe entre 5% e 15% dos partos (IPEA, 2014, p.80, em base a Datasus/SIM, 2012).

119. As regiões mais ricas são as que apresentam maiores índices, mas as mais pobres foram as que tiveram os maiores aumentos entre 1990 e 2011. Além de maiores custos para o sistema de saúde, os riscos de morte e variadas complicações tanto para as mães como para as crianças são muito superiores aos que se dão com partos normais. A situação tampouco é alentadora quando se verifica que o cuidado pré-natal anda de mãos dadas com a qualidade na assistência ao parto.

120. O sucesso do país na ampliação da cobertura pré-natal esconde desigualdades importantes, que se revelam à medida que se desagregam e se comparam as estatísticas referentes à proporção de mães que tiveram pelo menos seis atendimentos pré-natal, em 2012

- a) Regiões Sul e Sudeste: 83% x Região Norte: 57%;
- b) Mulheres Brancas: 85% x Mulheres Negras: 70%;
- c) Mães entre 30 e 39 anos: 81% x Mães com menos de 15 anos: 57%;
- d) 5,9% das mulheres no Norte e 4,6% no Nordeste não tiveram nenhum atendimento pré-natal em 2012;
- e) Apenas 62% das mulheres indígenas tiveram mais de três atendimentos pré-natal em 2012.

121. Já os números relativos à Meta B mostravam evoluções mais próximas ao objetivo programado. Em 2011, 99% dos partos eram assistidos por estabelecimentos de saúde, e 90% das gestantes passando por pelo menos quatro consultas pré-natais. Houve nos anos recentes uma inovação importante nesse âmbito, ou seja, o lançamento da

“Rede Cegonha”, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e neonatal. Até 2013 praticamente todos os municípios brasileiros haviam aderido ao programa, e 2,5 milhões de gestantes foram beneficiadas, com o aumento de leitos neonatais, e com a concessão de custeio para qualificação do cuidado neonatal (IPEA, 2014, p. 82).

122. A Meta B também evoluiu em forma satisfatória no Brasil quando se observa a evolução do uso de métodos anticoncepcionais. Há no país conhecimento praticamente universal sobre a existência desses métodos, e sabe-se que houve grande aumento em seu uso entre 1986 e 2006. A disponibilização gratuita de contraceptivos pelo SUS e o avanço educacional entre as mulheres faz supor que desde então não tenha havido piora em termos de cuidados nesse âmbito. Uma das evidências nesse sentido foi a queda na taxa de fecundidade em geral, e em particular na adolescência (15 a 19 anos), em que o número de jovens que engravidaram caiu de 8,8% em 2000 para 6,5% em 2011 (IPEA, 2014, p.83).

123. O Brasil estabeleceu uma terceira meta, ou seja, deter e inverter até 2015 a tendência ao crescimento da mortalidade por colo de útero com câncer de mama e colo de útero. Alcançou-se relativa estabilidade no caso de colo uterino, e até ligeira melhoria (8,5 óbitos por 100 mil mulheres entre 30 e 69 anos em 2011, contra 8,9 em 2005); mas, infelizmente, em que pesem os esforços de programas do governo federal, o mesmo não ocorreu no caso do câncer de mama, observando-se um elevação de 18,7 para 20,7 mulheres para cada cem mil nessa faixa etária, entre 2005 e 2011 (IPEA, 2014, p.84).

2.3.6 A evolução do ODM 6 - Até 2015, interromper a propagação e diminuir a incidência de HIV/Aids, universalizar o acesso a seu tratamento, e reduzir a incidência da malária e de outras doenças

124. A meta A, de interrupção da propagação do vírus HIV e a redução de sua incidência já foi alcançada em todo o mundo. Nos países em desenvolvimento, entre 2001 e 2011, houve queda de novas infecções, de 90 para 60 pessoas por cada cem mil habitantes– o que não deixa de significar que ainda continuam sendo infectados 2,5 milhões de pessoas por ano em todo o mundo.

125. No caso do Brasil a Meta A foi cumprida. A taxa de detecção do HIV/aids continuou estável entre 2002 e 2012 em cerca de 20 casos por 100.000 habitantes (IPEA, 2014, p. 89). Segundo estatística divulgadas pela UNAIDS – Brasil, estima-se que, em 2014, havia 734 mil pessoas vivendo com HIV/aids no país. Isto corresponde a uma taxa de prevalência próxima a 0,4% na população geral. De acordo com a UNAIDS, a epidemia está concentrada em populações-chave, com taxas de prevalências de HIV de 5,9% entre pessoas que usam drogas, 10,5% entre homens que fazem sexo com homens e 4,9% entre mulheres profissionais do sexo. Além disso, a prevalência de HIV é de 5,0% entre os usuários de crack com mais de 18 anos.

126. Tem se observado uma queda significativa na taxa de detecção de aids em menores de cinco anos (indicador utilizado para representar a taxa de transmissão vertical do HIV) no Brasil em geral: redução de 35,7% entre 2002 e 2012. Contudo há

diferenças regionais importantes. Enquanto há tendência de queda no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, há uma elevação nas taxas do Norte e Nordeste (IPEA, 2014, pp. 89 e 90).

127. Há avanços também na meta B, graças a reconhecido empenho por parte do Ministério da Saúde nessa área, que inclui todo um novo protocolo de tratamento. De acordo com informações do UNAIDS, considerando a cascata do cuidado contínuo do HIV, estima-se que ao final de 2013, 80% das 734 mil pessoas que estariam vivendo com HIV (PVHA), ou seja, 589 mil pessoas, já haviam sido diagnosticadas. Aproximadamente dois terços (537 mil) das PVHA tinham sido vinculadas a algum serviço de saúde e 448 mil (61%) continuavam em acompanhamento. Das 355 mil PVHA que estavam em terapia antirretroviral, 293 mil (82,5%) apresentavam carga viral suprimida, inferior a 1000 cópias/ml, e 255 mil (71,8%) tinham carga viral indetectável (inferior a 50 cópias/ml).

128. Ainda segundo o UNAIDS, em relação a mortalidade por aids, quando observado o coeficiente de mortalidade padronizado, observa-se uma tendência de queda nos dados do Brasil como um todo: passou de 6,1 óbitos para cada 100 mil habitantes em 2004 para 5,7 em 2013, representando uma queda de 6,6%. Contudo, há diferenças regionais importantes. Nas regiões Norte e Nordeste a tendência é de crescimento nos últimos 10 anos: no Norte a taxa aumentou 75% e no Nordeste 41,9% no mesmo período.

129. Não são, contudo, pequenos os desafios ainda por enfrentar:

- a) Fortalecimento e expansão das estratégias de prevenção combinada com foco nas populações-chave;
- b) Redução da lacunas do cuidado contínuo em HIV;
- c) Expansão da estratégia "testar e ofertar", reduzindo o número de PVHA que não iniciaram a terapia antirretroviral;
- d) Implementação de novas formas de diagnóstico e tratamento, incluindo a gestão compartilhada do HIV na Atenção Básica;
- e) Ampliação a oferta dos serviços de saúde com qualidade;
- f) Fortalecimento das organizações e redes da sociedade civil atuantes na resposta ao HIV e engajamento das organizações e redes das populações-chave na resposta;
- g) Manutenção da aids na agenda política considerando o contexto político e econômico nacional e global e as prioridades de desenvolvimento;
- h) Promoção dos direitos humanos e do enfrentamento ao estigma e a discriminação voltados contra as pessoas vivendo com HIV e das populações-chave;
- i) Enfrentamento às iniquidades e diversidades do contexto da epidemia no nível regional, local e nas cidades;
- j) Aumento do combate à epidemia entre jovens, especialmente das populações-chave que enfrentam obstáculos diversos no acesso a seus direitos, incluindo uma vida livre de discriminação e violência, e direito a educação integral para a sexualidade nas escolas, direito ao trabalho decente, direitos sexuais e reprodutivos; e
- k) Fortalecimento e ampliação da participação efetiva dos jovens, especialmente das populações chave, na resposta a epidemia.

130. O número médio anual de casos de malária na últimas duas décadas foi de cerca de 460 mil casos. A incidência variou muito de ano para ano, mas a partir de 2005 a

tendência vem sendo de redução, atingindo cerca de 260 mil pessoas em 2012. Trata-se, fundamentalmente, de uma doença localizada na Amazônia Legal, onde se registram 99,9% dos casos. Em 1996, 121 municípios na região eram considerados de “alto risco”, por apresentarem mais de 5% de incidência, e 112 de “médio risco” (entre 1 e 5%), enquanto os demais 500 seriam, segundo a classificação oficial, de “baixo risco” (menos que 1%). Desde então a evolução foi favorável, reduzindo-se a 45 o número de municípios de alto risco, em 2012. O número absoluto de óbitos pela doença caiu de 912 em 1992 a 60 em 2012 (IPEA, 2014, p.91 e 93, em base a Datasus, IDB, 2012).

131. A incidência e a letalidade da tuberculose também foram reduzidas. Enquanto em 1990 registrou-se uma incidência de cerca de 52 novos casos por cada 100 mil habitantes, em 2011 o número foi 37. E a mortalidade caiu, no mesmo período, de 3,6 a 2,4 óbitos por 100 mil habitantes (IPEA, 2014, p.91 e 93, em base a Datasus, IDB, 2012). Há previsão de uso progressivamente generalizado de diagnóstico rápido, pela via de teste molecular, acelerando o tratamento em relação ao diagnóstico atual, que pode levar até dois meses, permitindo o agravamento da doença.

132. No caso da hanseníase, a incidência vem sofrendo redução desde 2003, com queda da detecção de novos casos, entre esse ano e 2012, de 29,4 a 17,2 pessoas por cada 100 mil habitantes. Em crianças de 0 a 14 anos também ocorreu queda, embora com menor intensidade (IPEA, 2014, p.93, IPEA, 2014, pp.91 e 93, em base a Datasus, IDBSinasc, 2012).

133. Cabe observar que o Ministério da Saúde ampliou a ênfase no enfrentamento da hanseníase e de outras enfermidades, como a filariose, a esquistossomose e a oncocercose, com a criação em 2011 da Coordenação Geral de hanseníase e doenças de eliminação, seguida, em, 2012, pela implementação de um plano integrado de ação.

2.3.7 A evolução do ODM 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental

134. O ODM 7 possui quatro metas. As duas primeiras se referem à proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade, a terceira é relativa à água e ao saneamento básico, e a quarta a condições de vida da população urbana em assentamentos precários.

135. A Meta A é a de “integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos ambientais”, e a Meta B é um desdobramento da Meta A, na medida em que se destina a “reduzir a perda da biodiversidade, atingindo, até 2010, uma redução significativa”. São metas de difícil mensuração, e permanecem como objeto de enorme preocupação, no mundo e no Brasil.

136. Aproximadamente 54% do território nacional estava coberto por florestas naturais em 2012, cerca de três quartos das quais estão no bioma Amazônia. O monitoramento com sensoriamento remoto e geoprocessamento mostra que as taxas de desmatamento vêm se reduzindo em todos os biomas. Na Amazônia a queda foi de 27,7 mil a 4,57 mil quilômetros quadrados entre 2004 e 2012. O bioma cerrado também teve taxas decrescentes, mas continua sendo o que afeta a maior área em termos absolutos (IPEA, 2014, p.101).

137. A contribuição brasileira ao objetivo global de declínio de emissão do conjunto de gases de efeito estufa (GEE) foi positiva. Entre 2005 e 2010, o Brasil logrou atingir a

redução de 11 para 6,6 toneladas de CO₂eq por habitante. A redução deveu-se principalmente ao declínio do desmatamento dos biomas da Amazônia e do Cerrado. Os números só não foram ainda melhores porque houve, em contraposição, aumento na emissão em vários setores de atividade econômica: entre os dois anos houve um aumento absoluto de 21,4% nas emissões no setor energia, já que, embora o país ainda mantenha participação de fontes renováveis muito superior à média mundial, tem havido a maior uso de combustíveis fósseis; e aumento de 5,2% na agropecuária, de 16,4% no tratamento de resíduos sólidos e de 5,3% nos processos industriais. Os dois movimentos opostos resultaram em queda na emissão de CO₂ e aumento da participação de metano e de óxido nitroso no total das emissões de GEE (IPEA, 2014, p. 103)

138. A contribuição brasileira também foi positiva no âmbito do consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio, especialmente nos CFCs, cujo consumo em 1995, de 10 mil toneladas de potencial destrutivo da camada de ozônio, já se encontrava eliminado em 2010. Em 2006 o Brasil já havia praticamente eliminado o consumo do agrotóxico brometo de metila. Espera-se que levantamentos ainda por serem realizados venham a mostrar tendência favorável também nas metas brasileiras no protocolo de Montreal no que se refere à eliminação do HCFCs, substitutos dos CFCs (de queda de 16,6% nas emissões entre 2009 e 2015), depois de se ter verificado queda entre 2009 e 2011 mas algum aumento em 2012 (IPEA, 2014, p. 106, MMA, 2014,).

139. A produção pesqueira no Brasil tem ocorrido com tendências preocupantes de exploração excessiva. A despeito de diversas medidas de uso sustentável por parte do governo, como o salutar processo de discussão participativa na sociedade, por meio de um “Sistema e Gestão Compartilhada para uso sustentável de recursos pesqueiros”, a criação e implementação de áreas protegidas em geral e, em particular, de proteção a ecossistemas marinhos altamente produtivos (como a recifes e corais), a produção marítima se mantém relativamente estagnada, sugerindo esgotamento dos estoques tradicionalmente explorados. De fato, entre 153 estoques avaliados em estudos, nada menos que 33% foram considerados “sobre-explotados”, 23% “plenamente explotados”, e 29% “sem avaliação conclusiva”, motivando reconhecidas preocupação com o uso sustentável da biodiversidade aquática brasileira, no que se refere a recursos pesqueiros (IPEA, 2014, p. 107-108)

140. Também no que se refere ao uso de recursos hídricos há razões para forte preocupação. Não obstante a abundância de água, comparativamente ao resto do mundo, há diferenças entre as regiões hidrográficas são acentuadas. Em várias sub-regiões fora da Amazônia, que concentra 80% da disponibilidade hídrica do país, tem havido crescente estresse entre oferta limitada de água e demanda em forte expansão, não só nas bacias da região semiárida do Nordeste, mas também em sub-bacias das regiões hidrográficas do Atlântico-Leste e do Atlântico-Sul (IPEA, 2014, p.108).

141. A proporção das áreas protegidas, terrestres e marinhas, motivou a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000, integrando unidades de conservação federais, estaduais e municipais, em unidades de proteção integral, que permitem o uso apenas indireto dos recursos naturais, e unidades de “uso sustentável” dos mesmos. De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) entre 2000 e 2013 houve mais que duplicação das áreas protegidas, que passaram de 0,7 a 1,5 milhões de quilômetros quadrados, um terço dos quais com proteção integral. Esse território corresponde a cerca de 17% da área

continental (atingindo 26,2% no caso da área amazônica) e 1,5% das áreas marinhas brasileiras.

142. O Brasil é provavelmente o país de maior biodiversidade do mundo, estimando-se a existência de entre 1,4 e 2,4 milhões de espécies, entre as quais só entre 10% e 20% são conhecidas e adequadamente catalogadas. As listas de espécies em extinção incluem 472 espécies da flora e 627 da fauna. Há evidências de que no período recente tem havido progressos nos registros de ameaças à extinção de espécies (IPEA, 2014, p.111).

143. As duas outras Metas, C e D, têm indicadores mais precisos do que as duas anteriores.

144. O Brasil já praticamente cumpriu a Meta C, de “reduzir pela metade, até 2015 a proporção da população sem acesso permanente e sustentável a redes gerais de água potável e ao esgotamento sanitário” (por redes gerais e fossas sépticas). As desigualdades no acesso permanecem, entretanto, muito grandes. Não obstante a ocorrência de avanços importantes, os grupos populacionais mais vulneráveis permanecem com acesso marcadamente insuficiente. A meta foi cumprida no que se refere à proporção de pessoas sem acesso a água potável por rede geral de distribuição, em que houve redução de 30% em 1990 a 15% em 2013. Mas problemas sérios de desigualdade permanecem. Ao mesmo tempo em que há que reconhecer importante avanço – os brasileiros extremamente pobres aumentaram o acesso à água potável de 32,6% em 1990 a 70,5% em 2013 – também há que lamentar o fato de que isto significa que quase 30% deles continuam excluídos (IBGE, PNAD, 2014).

145. As tendências, quando o exame é feito por regiões, são análogas. Enquanto nas zonas urbanas a proporção da população que era atendida passava de 90% a 93%, na zona rural ela passava de cerca de 16% a tão somente cerca de 33%. E, enquanto no Sudeste passava de 84,0% a 91,5%, no Nordeste o fazia apenas de 51,3% a 78,1% (IBGE, PNAD, 2014).

146. A meta do ODM 7 está muito próxima de ser cumprida no Brasil no caso de acesso a esgoto adequado de esgoto (medido segundo a adequação do esgoto para que os dejetos sejam separados do contato humano): a proporção de pessoas com acesso cresceu de 53% em 1990 a 74,5% em 2013 (IBGE, PNAD).

147. Ao mesmo tempo em que, em forma análoga ao caso da água, ocorreram convergências importantes, as desigualdades permanecem profundas, sem inclusão de elevada proporção dos grupos mais vulneráveis. Por exemplo, os lares extremamente pobres aumentaram o acesso de cerca de 14% a aproximadamente 52% entre os dois anos, e os das zonas rurais de 12,9% a 29,9% - o que significa dizer que 50% e 70% desses dois grupos ainda estão sem o acesso a esse serviço fundamental (IBGE, PNAD).

148. A Meta D do ODM 7 estabelece “até 2020 ter alcançado uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários”). O Brasil parece ter contribuído para a meta global em forma importante, na medida em que caiu de 53,3% em 1992 a 37,9% em 2013 proporção da população urbana que vive no país em condições consideradas inadequadas (em termos de acesso a água e a esgotamento sanitário, paredes em alvenaria ou madeira aparelhada e coberturas de telha ou laje, máximo de três moradores por cômodo, e segurança de posse de moradia ou financiamento e aluguel não superiores a 30% da renda domiciliar). Aqui, também, verificam-se tendências análogas às descritas para acesso à água e ao esgotamento sanitário, ou seja, houve convergências, mas as desigualdades

continuam marcantes, atingindo as camadas socialmente vulneráveis da população (IBGE, PNAD, 1993, 2014).

149. Observa-se que as estatísticas da PNAD, apesar de darem conta das desigualdades, não identificam a evolução das condições de moradia com separação de domicílios segundo categorias como as de em assentamentos precários, aglomerados subnormais ou favelas. O Censo de 2010 mostra o quadro geral naquele ano para essas categorias de domicílios, mas não há dados que permitam identificar o que vem mudando de lá para cá. Sabe-se, contudo, pelos dados da PNAD, que permanece amplo o “déficit habitacional” no país.

150. O Programa Minha Casa Minha Vida é o carro-chefe da estratégia governamental de enfrentamento do déficit habitacional desde 2010. Está estruturado em diferentes modalidades e dirigido principalmente às famílias de rendas muito baixas, com importantes subsídios. Em 2014, o Programa já havia alcançado a marca de três milhões de casas construídas.

2.3.8 A evolução do ODM 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

151. O ODM 8 é principalmente focado nas ações de países com maior grau de desenvolvimento com vistas à promoção da cooperação técnica e em outras modalidades com países de menor nível de desenvolvimento. Um dos principais indicadores da cooperação internacional – a relação entre a renda nacional bruta e o montante comprometido por eles com cooperação e assistência internacional – tem apresentado redução recentemente (de 0,32% em 2010 para 0,29% em 2013). No entanto, países como o Brasil, a Turquia e os Emirados Árabes Unidos passaram a contribuir de forma crescente com iniciativas de assistência ao desenvolvimento e cooperação internacional.

152. Em relação à meta A deste objetivo, “avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório” a diplomacia brasileira trabalha de forma enfática com temas de multilateralismo comercial. Nesse sentido, um dos principais focos do Brasil é a reforma do sistema internacional, bem como a consolidação de uma atuação que impulse o desenvolvimento dos países de menor desenvolvimento relativo, por meio da ampliação dos canais de participação de todos os países em desenvolvimento no rearranjo da ordem econômica internacional.

153. Quanto ao aperfeiçoamento das regras do sistema financeiro internacional, a participação do Brasil no G20 entre 2010 e 2013 constituiu-se como um dos pilares da atuação brasileira, especialmente em áreas como coordenação macroeconômica internacional, cooperação para o desenvolvimento e reforma das instituições financeiras. Um importante alcance no âmbito da atuação brasileira no G20 foi o estabelecimento de uma agenda específica para o desenvolvimento, focada na promoção do crescimento e das condições sociais de países de menor desenvolvimento relativo, em áreas como segurança alimentar, infraestrutura, mobilização doméstica de recursos e formação de recursos humanos.

154. Ademais, o país encontra-se entre os dez principais usuários do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial de Comércio (OMC), onde participou em 26 casos como membro demandante, 15 como membro demandado e mais de 79 como terceira parte interessada em diversas contendas. Este sistema é considerado pelo Brasil como um meio primordial que garante o equilíbrio de direitos e obrigações dos países dentro da OMC, de forma a operar pelo benefício de todos. Um bom exemplo é o contencioso em relação aos subsídios dos Estados Unidos da América (EUA) às exportações de algodão, no qual o Brasil conseguiu que aquele país adequasse suas leis às regras da OMC, além de fazer com que os EUA estabelecessem um fundo para financiar ações de cooperação e assistência técnica em benefício do setor algodoeiro brasileiro. Desse fundo, 10% é destinado a programas de cooperação internacional do governo brasileiro na área da cadeia produtiva do algodão, especialmente no que se refere à capacitação técnica em países da África subsaariana e do Mercosul.

155. Em relação à meta B, “atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos”, o Brasil possui uma estratégia para a condução da política de cooperação Sul-Sul, que é centrada no fortalecimento ou criação de capacidades humanas e institucionais. A cooperação Sul-Sul brasileira não tem fins lucrativos ou comerciais, e baseia-se no compartilhamento das melhores práticas de instituições públicas e da sociedade civil do país nas mais diversas áreas, o que depende das demandas dos países parceiros.

156. A cooperação técnica que o Brasil realiza com outros países do Sul concentra-se, entre outras, nas áreas de educação, agricultura, saúde, trabalho e emprego, defesa, meio ambiente, administração pública, cidades, esporte, segurança pública, desenvolvimento social, comunicações e justiça. Na África, a cooperação técnica do Brasil possui projetos especialmente na área de formação de recursos humanos e capacitação de formadores.

157. Igualmente importante, o Brasil e outros países em desenvolvimento têm defendido em foros multilaterais a incorporação da cooperação Sul-Sul como um dos eixos de trabalho dentro das atividades operacionais dos Fundos, Programas e Agências das Nações Unidas.

158. Embora a cooperação técnica Sul-Sul bilateral seja prioritária para a política externa brasileira, o país considera essencial trabalhar com outras modalidades, como a vertente triangular, pois esta contribui para potencializar o impacto das ações empreendidas. O país vem realizando esforços para o estabelecimento de mecanismos de cooperação triangular que fomentem o desenvolvimento dos países do Sul, ainda que tenha como desafio articular as ações de cooperação Sul-Sul com as da cooperação Norte-Sul, empreendidas pelos países doadores.

159. Uma importante iniciativa no âmbito da cooperação técnica Sul-Sul é o Programa de Cooperação Descentralizada Sul-Sul, lançado em 2012 pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e a Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República. O principal objetivo do Programa é utilizar o potencial estratégico brasileiro para o fortalecimento dos governos subnacionais. Por meio do Programa, municípios brasileiros compartilham boas experiências com outros municípios de países em desenvolvimento. Algumas das ações já aprovadas desse Programa incluem as cidades de Rosário e Morón, na Argentina, Cerro Largo, no Uruguai, e Xai-Xai, em Moçambique, abrangendo as áreas de governança, segurança cidadã, patrimônio histórico e desenvolvimento territorial, respectivamente. Dado a vantagem da presença subnacional de algumas agências do

sistema ONU no Brasil, iniciativas e projetos de cooperação sul-sul ao nível subnacional também vêm sendo estabelecidas na modalidade trilateral, em que trabalham conjuntamente governos países africanos, agências especializadas das Nações Unidas no Brasil e entidades ligadas a governos estaduais brasileiros.

160. Outras significativas atuações no âmbito da cooperação Sul-Sul do Brasil refere-se à mudança de status do país, que passou de beneficiário para 7º mais importante doador de alimentos para o Programa Mundial de Alimentos em 2009. Além disso, o Brasil apoia a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), do Grupo Banco Mundial, a qual concede financiamento a países de menor desenvolvimento relativo, a fim de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento nestas nações. Outro importante apoio do Brasil é em relação ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que financia programas para a promoção da convergência estrutural, desenvolvimento da competitividade e incentivo à coesão social a processos de integração, especificamente das economias menores e de regiões de menor desenvolvimento relativo.

161. Em relação à meta C, “atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar em desenvolvimento e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento”, o país contempla por meio de ações de cooperação Sul-Sul empreendidas com essas categorias de países (Fonte: ABC, disponível em <http://www.abc.gov.br/Gestao/PaisesParceiros>).

162. Em relação à meta D, “tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo”, o governo brasileiro recomenda as operações de reestruturação de dívida em benefício dos países pobres altamente endividados (Heavily Indebted Poor Countries – HIPC), de acordo com os padrões do Clube de Paris e do Banco Mundial. Entre 2010 e 2013, o Brasil renegociou dívidas com sete países: Cabo Verde, Congo (Brazzaville), Gabão, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sudão e Suriname. O valor das dívidas teve uma redução de 67% no estoque, que era originalmente de \$ 556,7 milhões.

163. Para a meta E, “em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis nos países em desenvolvimento”, uma importante conquista do Brasil junto ao IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul) refere-se ao projeto de resolução Acesso a Medicamentos no Contexto do Direito à Saúde, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC). A última resolução sobre o tema, de 2013, representou vitória para os países em desenvolvimento pois, pela primeira vez, uma resolução do UNHRC sobre o tema contém referências à produção local de medicamentos, à adoção de medidas regulatórias com vistas à oferta de remédios a preços baixos, à ideia de desvincular os custos de pesquisa e desenvolvimento do preço dos produtos e ao conceito de cobertura universal de saúde.

2.4 O desempenho brasileiro no âmbito do acesso à justiça, da segurança, cidadania e governança democrática

164. Nos últimos anos, o Brasil realizou avanços importantes na ampliação do acesso à Justiça. Dentre estes, pode-se mencionar a aprovação, em 2004, da Emenda Constitucional 45 – emenda da “Reforma do Judiciário”, após quase 13 anos de tramitação no Congresso Nacional. A Emenda incluiu modificações importantes no Judiciário brasileiro, tais como a criação do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público; a inclusão do direito à celeridade processual como parte do texto constitucional; a previsão de incorporação dos tratados e convenções internacionais sobre Direitos Humanos como norma constitucional; e a adesão do Brasil à jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

165. A emenda proporcionou ainda autonomia funcional e administrativa, bem como iniciativa de proposta orçamentária, às Defensorias Públicas. Em 2014, a aprovação da Emenda Constitucional 80, fortaleceu ainda mais a autonomia das Defensorias Públicas, visando contribuir para o exercício de seu papel essencial na promoção do acesso à Justiça, especialmente às populações mais vulneráveis. Cabe destacar ainda os avanços relacionados à promoção do acesso à Justiça para as mulheres, com a promulgação da Lei Maria da Penha (2006), que trouxe importante contribuição ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

166. No entanto, apesar dos importantes avanços, persistem desafios significativos na garantia do direito ao acesso à justiça para a população brasileira. Segundo dados do Censo de 2010 (IBGE), 82% da população brasileira, com renda de até três salários mínimos, se configuravam como potenciais usuários da Defensoria Pública. Ao mesmo tempo, de 160 milhões de pessoas, apenas 45 milhões conseguiam acesso à Instituição. Segundo o “Mapa da Defensoria Pública do Brasil”³ faltam defensores públicos em 72% das comarcas brasileiras. Com relação ao Sistema prisional, estudos recentes mostram que a maioria das pessoas no Sistema são jovens (54,8%) e negras (60,8%), o que denota um viés importante relacionado ao acesso à justiça e encarceramento no Brasil⁴. Ao mesmo, a taxa de encarceramento feminino no país aumentou 567,4% entre 2000 e 2014⁵.

167. Com relação à perspectiva de direitos humanos, o Brasil desenvolveu importante progresso nos últimos anos incluindo a implementação dos Planos Nacionais de Direitos Humanos, bem como de políticas públicas voltadas a pessoas com deficiências, direitos de crianças e adolescentes e população LGBT. No entanto, o contínuo fortalecimento das instituições voltadas à promoção dos direitos humanos, bem como a transversalização da abordagem de direitos humanos em diferentes setores de políticas públicas são essenciais para sustentar os avanços alcançados, evitando retrocessos.

168. Importante mencionar ainda que diferentes formas de discriminação e preconceito afetam a vida de crianças e adolescentes brasileiros. Afrodescendentes e indígenas são geralmente menos favorecidos em todos os indicadores. Seguidores de

³ ANADEP/IPEA (2013)

⁴ Mapa do Encarceramento (2015).

⁵ Infopen Mulheres (2015).

religiões de matriz africanas também são exemplos de grupos vulneráveis a discriminação e violência. Com referência a desigualdade de gênero, o Brasil ocupa a quinta posição nas taxas de homicídios femininos (4,8 homicídios por 100.000 mulheres) em uma lista de 83 países e é o quarto país, mundialmente, em números absolutos de meninas casadas com idade inferior a 18 anos. A discriminação vitimiza também a população jovem LGBT: entre 2011 e 2012, houve um aumento de 183,19% em vítimas de violência homofóbica (de 1.713 para 4.851), com 61% das vítimas entre 15 e 29 anos.

169. Nos últimos anos, o governo brasileiro empreendeu importantes esforços no sentido de redução da violência, como por exemplo, com o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP, com o aprimoramento das políticas de fronteira, a realização de diagnósticos para o fortalecimento das áreas de perícia, a realização de estudos e avaliações sobre temas e programas específicos, como o “Protejo” e o “Mulheres da Paz”. A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP também trabalhou para a compreensão de uma nova abordagem da segurança pública, com foco na integração das políticas, programas e projetos de prevenção, no fortalecimento dos governos locais no processo de prevenção.

170. Contudo, em que pesem os esforços realizados, as taxas de homicídios do país na última década vêm crescendo, especialmente na região Nordeste, atingindo o nível recorde de 28,8 homicídios por 100 mil habitantes, majoritariamente entre jovens, negros e pobres, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015. Este fenômeno no Brasil é também verificado em toda a América Latina, onde dos 18 países da região, 11 países possuem taxa de homicídios superior a 10 para cada 100 mil habitantes. Chama atenção no Brasil, ainda, a letalidade policial, quando em 2014 pelo menos um policial foi morto por dia, totalizando 398 policiais mortos, segundo o Anuário. A sociedade brasileira vem, desta forma, se tornando cada vez mais violenta, incapaz de promover um debate público qualificado e marcada por ações pontuais no combate aos homicídios, apesar das tentativas de se procurar soluções mais sistêmicas e com foco nas causas da violência.

171. No que se refere à governança democrática, vem-se observando ao longo dos anos crescentes dificuldades em relação à gestão da administração pública, que pode ser observada por meio do percentual de execução da Lei Orçamentária Anual. Conforme relatório das contas públicas do Tribunal de Contas da União, a execução em 2014 foi de 38% do planejado. Para além das dificuldades de execução, observa-se também os efeitos da qualidade do gasto e, neste sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional vem empreendendo esforços na discussão sobre o problema e apresentando metodologias como referências para que a qualidade do gasto seja de fato monitorada e ajustada conforme a necessidade.

172. Por outro lado, o Brasil continua sendo referência no que se refere às medidas de transparência, prestação de contas e combate à corrupção. Mais recentemente, a partir de 2013, observa-se um novo patamar de mobilização em defesa da adoção de medidas mais intensas de combate à corrupção que se pode constatar pela série de medidas institucionais adotadas neste sentido, como o Portal da Transparência, a Lei de Acesso à Informação, a Lei Anticorrupção e sua regulamentação, a Lei de Combate às Organizações Criminosas, o aperfeiçoamento da Lei de Lavagem de Dinheiro, entre outras. Foi também criada em 2015 a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro, que conta com um Grupo de Trabalho, composto pelo Ministério da Justiça (MJ), Advocacia-Geral da União (AGU), Controladoria-Geral da União (CGU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público

(CNMP) e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB). Tal Grupo de Trabalho (GT) está encarregado de elaborar, propor e incentivar a adoção de medidas institucionais voltadas à eficiência de processos judiciais, procedimentos administrativos e demais procedimentos apuratórios relacionados à prática de ilícitos contra o patrimônio público. No âmbito do GT, foi realizada uma consulta pública pela Internet, com o objetivo de coletar sugestões dos cidadãos, e realizadas audiências públicas com representantes da sociedade civil e pesquisadores. O resultado deste trabalho indicou a necessidade de discussão e fortalecimento da atuação segundo quatro eixos: enfrentamento da corrupção e da impunidade; estruturas internas especializadas no enfrentamento da corrupção e da impunidade; processos judiciais e administrativos e; recuperação de ativos.

173. É importante mencionar que em 2015 mais de USD 90 milhões foram repatriados e USD 412 milhões em ativos no exterior foram bloqueados. Estima-se que o custo da corrupção no Brasil esteja em torno de 2,3% do PIB nacional.

2.5 Convergência entre 8 ODM, 17 ODS e 28 diretrizes estratégicas do PPA 2016-2019

174. Os indicadores e análises apresentados acima, relativos à evolução dos contextos econômico e social de 2011 a 2014, com ênfase na evolução dos ODM, tiveram por objetivo subsidiar a discussão sobre o UNSDPF 2017-2021, que está sendo elaborado com vistas à programação dos trabalhos das agências da ONU no Brasil, em estreita colaboração com o governo brasileiro.

175. A Assembleia Geral da ONU oficializou em setembro de 2015 a transição da agenda dos ODM (2000-2015) à dos ODS (“Agenda 2030”). Por esta razão, o Marco de parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021 estará orientado por essas novas diretrizes universais, além de manter sintonia fina com os Planos Plurianuais e demais definições estratégicas do governo brasileiro.

176. Observa-se no Quadro V abaixo a relação entre os 8 ODM, os 17 ODS e as 28 diretrizes estratégicas definidas pelo Plano Plurianual 2016-2019, enviado em agosto do presente ano pelo Poder Executivo brasileiro ao Congresso do país. Os três conjuntos de objetivos, ou diretrizes, se encontram listados, respectivamente, nas colunas 1 a 3 do Quadro VI).

177. O quadro confirma a existência de convergência entre Brasil e ONU no que se refere à matriz de princípios que norteia a ação da ONU em termos globais e aquela que orienta a ação do governo brasileiro em sua ação no país e em suas relações internacionais. Isto pode ser verificado, igualmente, nas declarações realizadas em 2015 tanto pela ONU como pelo governo brasileiro, no documento “Agenda 2030” das Nações Unidas (2015) e “PPA 2016-2019”, do governo brasileiro (Brasil, 2015) que definem as respectivas orientações estratégicas para o futuro

178. No plano global, das Nações Unidas, o manifesto que sintetiza a transição da Declaração do Milênio, que orientou os trabalhos das Nações Unidas no período 2000-2015, das metas mais amplas e ambiciosas da “Agenda 2030”, inclui, por exemplo, a seguinte passagem:

Estamos anunciando hoje 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com 169 metas associadas que são integradas e indivisíveis. Nunca antes os líderes mundiais comprometeram-se à ação comum e a um esforço via uma agenda política tão ampla e universal. Estamos trilhando juntos o caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, dedicando-nos coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação com benefícios mútuos, que podem trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo. Reafirmamos que cada Estado tem, e exerce livremente, soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica. Implementaremos a Agenda para o pleno benefício de todos, para a geração do presente e para as gerações futuras. Ao fazê-lo, reafirmamos nosso compromisso com o direito internacional e sublinhamos que a Agenda deverá ser implementada de forma consistente com os direitos e obrigações dos Estados em conformidade com o direito internacional.

(Nações Unidas, Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em <http://www.pnud.org.br/Docs/TransformandoNossoMundo.pdf>, setembro de 2015)

179. Publicado em forma praticamente simultânea, o texto do Plano Plurianual 2016-2019, elaborado pelo Poder Executivo Federal e enviado em agosto de 2015 ao Congresso Nacional contém, por exemplo, a seguinte orientação:

A Visão de Futuro do país pode ser entendida como a declaração de um desejo coletivo, factível e claro, que orienta o planejamento da ação governamental. É nesse sentido que o PPA 2016-2019 assume como Visão de Futuro um Brasil que se reconheça e seja reconhecido como: uma sociedade inclusiva, democrática e mais igualitária, com educação de qualidade, respeito e valorização da diversidade e que tenha superado a extrema pobreza; uma economia sólida, dinâmica e sustentável, capaz de expandir e renovar competitivamente sua estrutura produtiva com geração de empregos de qualidade e com respeito ao meio ambiente.

(Brasil, MPOG, PPA 2016-2019, p.15, agosto de 2015)

QUADRO V

EXERCÍCIO DE CORRESPONDENCIA ENTRE OS 8 ODM, OS 17 ODS E AS 28 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO PPA 2016-2019 (COM CATEGORIZAÇÃO SEGUNDO O CRITÉRIO DOS CINCO “PS”: PESSOAS, PLANETA, PROSPERIDADE, PARCERIA E PAZ)

PESSOAS		
ONU		BRASIL
ODM	ODS	Diretrizes estratégicas do PPA 2016-2019
ODM 1: Erradicar a extrema pobreza e a fome	ODS 1 Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares	Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
	ODS 2 Acabar com a fome, alcançar segurança alimentar e melhoria de nutrição e promover a agricultura sustentável	Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
		Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
		Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas
ODM 2: Universalizar a educação primária	ODS 4 Assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade.
		Promoção do desenvolvimento cultural e artístico e acesso à cultura, com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura
		Promoção da democratização do acesso ao esporte, da formação esportiva e da preparação de atletas, com foco na elevação da qualidade de vida da população.
ODM 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres (3)	ODS 5 Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas
ODM 4 a 6: Reduzir a mortalidade na infância (Objetivo	ODS 3 Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as	Garantia de acesso universal aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade e qualidade do atendimento e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS

4), Melhorar a saúde materna (Objetivo 5), Combater o HIV/AIDS, Malária e outras doenças (Objetivo 6)	idades	Garantia de acesso da população ao sistema previdenciário, com qualidade e equidade no atendimento e melhoria da gestão, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.
		Garantia de acesso com qualidade aos serviços de assistência social, por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
PLANETA		
ONU		BRASIL
ODM	ODS	Diretrizes estratégicas do PPA 2016-2019
ODM 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	ODS 6 Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos	Promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água.
	ODS 7 Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos	Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis
	ODS 11 Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental
	ODS 12 Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.
	ODS 13 Tomar medidas urgentes para combater mudança climática e seus impactos	
	ODS 14 Conservar e usar sustentavelmente dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
	ODS 15 Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas,	

	combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade	
PARCERIA		
ONU		BRASIL
ODM	ODS	Diretrizes estratégicas do PPA 2016-2019
ODM 8: Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	ODS 10 Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles	Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.
	ODS 17 Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global, para o desenvolvimento sustentável	Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.
PROSPERIDADE		
ONU: ODS		BRASIL
		Diretrizes estratégicas do PPA 2016-2019
ODS 8: Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos (Obs.: parcialmente presente no ODM 1)		Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego
ODS 9 Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.		Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.
		Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
		Promoção do desenvolvimento econômico, melhoria do ambiente de negócios e da concorrência, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.
		Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.

	Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
	Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.
PAZ	
ONU: ODS	BRASIL Diretrizes estratégicas do PPA 2016-2019
ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis	Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.
	Fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz
	Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.



SEÇÃO 3

PRIORIDADES DE COOPERAÇÃO

180. Ainda que o Brasil tenha progredido substancialmente nas metas estabelecidas pelos ODM, há significativos desafios que merecem uma articulação e cooperação especialmente atenta e dedicada entre governo, ONU e demais parceiros no Brasil. Entre outros problemas, aqueles associados à segurança e cidadania, relativos à infância e juventude, gênero, raça, meio ambiente e desastres naturais, bem como a extensa problemática de educação e de saúde infantil e materna são, possivelmente, os principais candidatos à intensificação da cooperação.

181. Apesar de ser um país de renda média, e dos avanços recentes no campo social terem sido marcantes, o quadro social ainda herda elementos que recomendam um esforço coletivo. São os casos, por exemplo, de redução das iniquidades sociais e regionais e na distribuição equitativa de renda e riqueza; de ampliação do acesso a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais a todos os grupos sociais; de responsabilidade social no manejo de recursos naturais; de contextos e situações de violações de direitos humanos, como no caso de violência de gênero contra mulheres e população LGBTI, assim como a violência letal contra juventude negra.

182. Progressos na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento de mulheres e meninas foram observados nos anos aqui analisados, especialmente devido ao estabelecimento de instituições voltadas para a promoção de políticas para mulheres em âmbito governamental.

183. No entanto, especial atenção ainda deve ser dada à temática de gênero, tendo em vista as altas taxas de violência contra a mulher, de disparidades de renda e trabalho, de representação política, entre outros. Também, vale notar que o país encontrou maiores dificuldades para alcançar o ODM 5 (Melhorar a Saúde Materna) em comparação aos demais ODM. A taxa de mortalidade materna caiu significativamente nos últimos anos, mas não foi possível atingir a meta estabelecida. Esse quadro se agrava quando se faz o recorte de cor/raça, o que indica a importância de se trabalhar também com políticas de promoção da igualdade racial.

184. O recorte de raça/cor em outras áreas, para além da saúde da mulher, demonstra que pessoas negras têm menor acesso a políticas que pessoas não-negras. Um dos índices mais emblemáticos dessa situação no Brasil é o de segurança pública. Os dados relativos à violência letal demonstram forte crescimento de homicídios de jovens, especialmente da juventude negra. Apesar de demonstrar preocupação com essa temática a partir da criação de programas como o Juventude Viva, ainda há grandes obstáculos a se enfrentar para superar essa situação.

185. Esse contexto demonstra a importância de priorização de cooperação na efetivação de políticas nas temáticas de gênero, juventude, segurança, não-discriminação e saúde.

186. A Agenda 2030 traz metas que mostram o comprometimento dos países com esses temas. Os Objetivos 3, 5 e 10 estimulam a implementação de políticas relacionadas às questões acima mencionadas e se apresentam como uma oportunidade de estabelecer acordos de cooperação nessas áreas. Estabeleceu-se metas relacionadas à mortalidade infantil e materna, à violência de gênero, igualdade de oportunidades para mulheres, redução das desigualdades e da discriminação, entre outras, que direcionam a atenção do governo para essas questões.

187. No mais, em relação às questões de meio ambiente, ainda se observa no país a visão de alguns setores de que a preservação ambiental não é condizente com o crescimento econômico, o que dificulta a adoção de políticas sustentáveis de longo prazo. A transversalidade do tema da sustentabilidade na Agenda 2030 reforça a necessidade de se trabalhar por um desenvolvimento humano sustentável, que traga crescimento com redução dos danos ambientais e preservação dos recursos naturais, que estão em processo de esgotamento no país.

188. Adicionalmente, as populações vulneráveis são as mais afetadas com as mudanças do clima e com os desastres naturais relacionados, o que acentua a importância de olhar para as práticas sustentáveis como uma oportunidade de se alcançar melhorias em diversos setores sociais. Os ODS 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 15 estabelecem metas diretamente relacionadas a essa questão.

REFERÊNCIAS

Barbosa Filho, F e Pessoa, S., 2014. “Pessoal Ocupado e Jornada de Trabalho: Uma Releitura da Evolução da Produtividade no Brasil”, in **RBE Rio de Janeiro v. 68 n. 2 / p. 149–169**, Abr-Jun 2014

Bielschowsky, R., **Uma avaliação social-desenvolvimentista sobre a evolução das políticas socioeconômicas no Brasil: 2003-2014**, Brasília, CGEE, no prelo

BRASIL, MPOG, **PPA 2016-2019**; Brasília, MPOG, 2015

BRASIL, MPOG, **Relatório de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013, vol. 1**; Brasília, MPOG

Gomes, G e Cruz, Carlos, **Vinte Anos de Economia Brasileira**, Brasília, CGEE, 2015

IPEA, **Dossiê das Mulheres Negras**. Brasília, IPEA, 2012.

IPEA, **Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM**, Brasília, IPEA, 2014

Nações Unidas, **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, em <http://www.pnud.org.br/Docs/TransformandoNossoMundo.pdf>, setembro de 2015)

OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO), **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000**. OIT, 2012, disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilobrasilia/documents/publication/wcms_234424.pdf

Osorio, R., “Desigualdade e pobreza”, in Calixtre, A. e Vaz, F., **PNAD 2014, breves análises**, Brasília :IPEA-DISOC, 2015, Nota técnica No 22

Ramos, L., “Breve Análise dos Dados da PNAD 2014 para o Mercado de Trabalho”, in Calixtre, A. e Vaz, F., **PNAD 2014, breves análises**, Brasília :IPEA-DISOC, 2015, Nota técnica No 22

United Nations, 1966b International Covenant on Civil and Political Rights, United Nations, New York: 1966

United Nations, 1966b International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, United Nations, New York: 1966

ANEXO

Agências, Fundos, Programas e Entidades das Nações Unidas no Brasil

- ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- Banco Mundial
- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual
- ONU MULHERES - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
- ONU-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
- OPAS / OMS - Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde
- PMA - Programa Mundial de Alimentos
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PNUMA/UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- UIT - União Internacional de Telecomunicações
- UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
- UNDSS - Departamento de Salvaguarda e Segurança das Nações Unidas
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
- UNIC Rio - Centro de Informação das Nações Unidas
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
- UNISDR - Centro de Excelência para a Redução do Risco de Desastres
- UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
- UNOPS - Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos

